



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

**“Palhaço pinta o rosto para viver, e o travesti também”: uma análise sobre a
representação das travestis no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (1980-1988)**

Mateus Henrique Siqueira Gonçalves

Brasília – DF
Dezembro de 2018

MATEUS HENRIQUE SIQUEIRA GONÇALVES

“Palhaço pinta o rosto para viver, e o travesti também”: uma análise sobre a
representação das travestis no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (1980-1988)

Monografia apresentada ao Departamento de História
do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a obtenção do
grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília – DF, 04 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (HIS - UnB)

Prof.^a. Dr.^a. Diva do Couto Gontijo Muniz (PPGHIS - UnB)

Prof.^a. Dr.^a. Neuma Brilhante Rodrigues (HIS - UnB)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar as representações violentas que a sociedade e o Estado teceram sobre o corpo, a vivência e as práticas das travestis através de discursos midiáticos encontrados na imprensa popular e alternativa – guiados à análise pelo *Lampião da Esquina* (1980-1981)¹ – e na área audiovisual – *Comando da Madrugada* (1987) e *Hunting Season* (1988) – no eixo Rio de Janeiro-São Paulo entre os anos de 1980 e 1988. Examinando como a representação, a priori, do campo mental, estético, “puramente” do estrato conceitual da sociedade, pode influenciar em violências reais nos corpos desses indivíduos travestis. Entendo esse período enquanto duros anos para a comunidade LGBT como um todo, porém, ainda mais severos para as travestis – por conta da prostituição – em decorrência dos eventos que se seguiram após o aparecimento da AIDS.

Palavras-chave: Brasil contemporâneo; História das Homossexualidades; História LGBT; Representações; Travestis.

¹ Esse não é o ano de vida e circulação do jornal e, sim, os anos analisados nas fontes do presente trabalho.

DEDICATÓRIA

À todas as travestis e mulheres transexuais que conheci, seja por meios físicos – como na Universidade –, meios midiáticos, pelas redes sociais, pelas fontes, documentos do Estado brasileiro – aqueles tidos enquanto oficiais –, documentários, filmes biográficos e fictícios, reportagens escritas e audiovisuais, livros, artigos e relatórios. Àquelas que foram perseguidas, torturadas, discriminadas, e sucumbiram ao preconceito e as mazelas que a vida impôs. Não morreram em vão. Serão lembradas.

AGRADECIMENTOS

Primordialmente, aos meus pais, Abner Gonçalves do Crato e Eurydea Siqueira. Concederam-me do bom e do melhor na medida que puderam, nunca me faltou um livro e/ou um prato de comida dentro da Universidade. Sou muito grato pelo privilégio burguês do ócio para estudar que me proporcionaram. Me deram condições para que eu pudesse me rebelar política e intelectualmente contra eles. Em especial à minha mãe, mestra do meu barco, meu grande amor da minha vida, aquela que me ouviu durante toda a graduação, choramos tristezas e comemoramos vitórias juntos.

Ao meu padrinho, Wilson Caixeta, por acreditar na minha capacidade do início ao fim.

In memoriam ao meu padrinho, Wanderley Antônio Siqueira, e à minha tia, Constança Gonçalves do Crato, pessoas que me amaram e que eu as amei profundamente, e que infelizmente não puderam ver essa minha conquista.

À minha professora do ensino médio, Rose Alves da Cruz. Historiadora, educadora e amiga que me deu perspectiva de futuro. Aquela que mudou a minha vida completamente, ponte da educação básica para o ensino superior. É preciso lembrar sempre: mudar a vida de um aluno, conseqüentemente, é mudar o mundo.

Ao meu professor do ensino médio, Carlos Wendel Oliveira. Sociólogo, professor, educador e amigo que me ensinou a importância do lutar, da resistência política, transformar nossa voz em manifesto, nossas dores em trincheiras. Aquele que me mudou enquanto ser político, ser cidadão.

Às historiadoras, doutoras, professoras: Diva do Couto Gontijo Muniz, Neuma Brilhante Rodrigues, Eloísa Pereira Barroso, Ione de Fátima Oliveira, que mudaram completamente a minha forma de encarar o mundo, e me despertaram imenso amor pelo meu país Brasil e sua História.

Ao meu orientador e amigo, historiador, doutor, professor, Mateus Gamba Torres. Esse que me sustentou até aqui como um guia, me amparou e me ensinou. Em sua doçura, paciência e capacidade soube me talhar enquanto um acadêmico. Comprou minhas ideias e respeitou meus processos. Me deu liberdade para que eu pudesse voar sozinho.

Aos meus colegas de curso e amigos dos ciclos que compõem os caminhos da vida, aqueles que encontrei durante esse processo doloroso e difícil que foi a graduação. As pessoas que acreditaram em mim, conspiraram a meu favor, e ficaram do meu lado do dia que nos conhecemos até aqui: Bárbara Barbosa – obrigado por ter sido tão atenciosa e dedicada nos meus banners do PIBIC –, Pedro Moraes, Gabriel Breda Bernardo, Gabriela Malesuik, João Ornelas Junior, Beatriz Bastos, Ana Luiza Pedrosa, Pedro Zeus Lustosa, Rafael Nogueira

Alves, Maria Clara Gonçalves, Fábio Santos Reis, Lucas Querino, João Pedro Sales, André Spindola, Matheus Moraes (Teixeira), Mariana Penna, Ana Vitória Sampaio, Matheus Barroso, Nicholas Müller, Fernanda Brito, Joabe Vieira, Marina Moraes, Isabela Albuquerque, Larissa Cardoso, David Carvalho, Rodrigo Ruperto e tantos outros que sou incapaz de enquadrá-los aqui.

À minha *alma mater*, Universidade de Brasília. Lugar onde me encontrei por inteiro.

Ao ProIC (Programa de Iniciação Científica), onde fiz dois PIBICs (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). O primeiro amparado pela FUB (Fundação Universidade de Brasília) e o segundo pela FAP-DF (Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal). Por conta desses projetos que me envolvi profundamente com os desafios dos estudos de gênero e história das homossexualidades em meio à ditadura militar e ao autoritarismo brasileiro.

À presidenta eleita democraticamente, Dilma Vana Rousseff, aquela que sancionou a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”.² Com a Lei de Cotas, a Universidade pública brasileira se democratizou. 50% das vagas são destinadas aos alunos oriundos de escolas públicas. Antes o que era espaço de poucos, privilegiados e ricos da nossa sociedade, agora, também, é espaço dos filhos de pedreiros, lavadeiras, empregadas domésticas, e tantos outros trabalhadores. Consegui adentrar à Universidade de Brasília pelas cotas sociais e tenho muito orgulho disso. Desde o início de minha vida acadêmica venho levando meus estudos e meus trabalhos muito a sério, acima de mim, da minha saúde mental. Preservei minhas notas altas para que jamais pudessem duvidar da minha capacidade intelectual. Meu histórico acadêmico não me deixa mentir. Minha máxima gratidão.

² BRASIL. *Lei nº 12.711, 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 03. Nov. 2018.

De noite pelas calçadas
Andando de esquina em esquina
Não é homem nem mulher
É uma trava feminina
Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus orifícios
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
Está sempre em desconstrução
Nas ruas pelas surdinas é onde faz o seu salário
Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário

Não tem Deus
Nem Pátria amada
Nem marido
Nem patrão
O medo aqui não faz parte do seu vil vocabulário
Ela é tão singular
Só se contenta com plurais
Ela não quer pau
ELA QUER PAZ

[...] bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar³

Mc Linn da Quebrada, Mulher (2017).⁴

³ Grifos do autor.

⁴ *Mulher* é a décima primeira faixa do álbum Linn da Quebrada no Estúdio Showlivre (Ao Vivo) lançado em janeiro de 2017. Linn da Quebrada é uma travesti, negra, cantora, compositora, periférica, que em suas músicas trata da dolorosa e prazerosa experiência de ser quem é. Uma referência marginal – que possui orgulho de ser apreendida enquanto ser subversivo à sociedade e ao Estado – e colossal para as travestis, transexuais e demais membros da comunidade LGBT. Suas músicas falam do corpo travesti enquanto indivíduo revolucionário – acima de tudo: humano –, pertencente a uma resistência do existir, que incomoda e se faz urgente. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O6KAK1WXV6k>>. Acesso em: 03. Nov. 2018.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: Um breve diálogo entre História Cultural, Corpo, Sexo, Gênero e História Oral: ponte para construção narrativa das representações, significações, práticas e sentidos do ser travesti	14
1.1 Representações enquanto conceito da História Cultural	14
1.2 Corpo, sexo e gênero: “base existencial da cultura”	17
1.3 “História vista de baixo”: oralidade e memória.....	21
CAPÍTULO II: As travestis na mídia alternativa O Lampião da Esquina: A voz de denúncia e visibilidade às representações das minorias políticas em meio ao turbilhão do início dos anos 1980	25
2.1 O jornal como forma de narração histórica	25
2.2 Jornal pornográfico, não, meu amor. Resistência ativista!.....	27
2.3 Travesti: existência que se configura enquanto crime.....	30
2.4 O ativismo “guei” serve aos seus e para com os seus: a ordem é fazer barulho e incomodar	33
CAPÍTULO III: As travestis no campo audiovisual: A reportagem investigativa de Goulart de Andrade e o documentário alternativo de Rita Moreira: perseguição e AIDS no final dos anos 1980	43
3.1 Audiovisual: artifício de narração histórica.....	43
3.2 “Vida de travesti” por Goulart de Andrade	46
3.3 “ <i>Hunting Season</i> ” por Rita Moreira	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
FONTES	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
REFERÊNCIAS DIGITAIS	68

INTRODUÇÃO

Compreendendo as existências de sujeitos travestis em uma sociedade pautada na ideia científico-moderna do corpo, sexo e gênero enquanto etapas que se complementam e se manifestam de formas universalizadas e “naturais”,⁵ questiono as representações que se fizeram sobre a imagem, o corpo e as práticas das travestis. Tratar sobre isso, conseqüentemente, é adentrar essas vivências íntimas, particulares, que se mesclam por vezes ao âmbito público, aos lugares e exercícios caracterizados por uma lógica moral oriunda do pensamento conservador-cristão enquanto indivíduos marginalizados por Estado e sociedade.

A política da moral e dos bons costumes, guiada pela lógica da doutrina de Segurança Nacional, em comunhão com um regime ditatorial protagonizado por um Estado de exceção militar e a sociedade civil patriarcal, ligando grupos civis-religiosos ao padrão de vida burguesa; demonizam aquilo que não se encaixa no arquétipo da existência humana heterossexual, cisgênera,⁶ normativa, binária, isto é, o corpo homem-macho-masculino, mulher-fêmea-feminino. O que tornava a existência homossexual ainda mais agravante: a ideologia da Segurança Nacional relacionava as homossexualidades às esquerdas e à subversão política e moral.⁷

No relatório da Comissão Nacional da Verdade, nos é afirmado que os corpos e as práticas homossexuais⁸ foram concebidos por Estado e sociedade enquanto ameaças ao meio sócio-político pautadas na noção burguesa de família tradicional, cristã-conservadora, patriarcal, militarizada à direita do espectro político habitual.⁹ Sendo assim, os discursos provenientes do Estado e da sociedade, sejam eles por pronunciamentos oficiais, em códigos da lei, jornais, revistas ou em programas de rádio e televisão, contribuíram para que as violências sofridas por gays, lésbicas, travestis e transexuais acabassem por cair na banalidade,

⁵ PELÚCIO, Larissa. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Recife/PE, ano 8, volume 15, nº 01, 2004. p. 126.

⁶ “Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012, p. 10). A cisgeneridade se dá pela ausência de conflito pessoal e intrinsecamente íntimo dos indivíduos por suas identidades humanas. Identidade, nessa perspectiva, é a nossa condição de sujeito social, cultural, político, histórico.

⁷ BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Texto 7 – Ditadura e homossexualidades. In: **Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade**. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). p. 301.

⁸ No período entende-se por homossexuais todo corpo, sexualidade e gênero que foge da norma padrão hetero-cis-normativa-centrada de mundo. A concepção/sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) só foi adotada no país após a 1ª Conferência Nacional GLBT, ocorrida na cidade de Brasília em 2008, entre os dias 5 e 8 de junho (SILVA & BRITO, 2017, p. 216). O termo inexistia no período tratado nesse trabalho, porém, será utilizado para melhor abarcar as diferenças humanas da comunidade LGBT.

⁹ CNV, op. cit., p. 291-292.

no cotidiano – até mesmo encorajada, tendo em vista a tentativa de higienizar o país daqueles vistos enquanto “poluição social”, corrupção ética e moral da sociedade, e afins.

Com o golpe-civil militar em 1964 e o recrudescimento do regime em 13 de dezembro de 1968 com o Ato Institucional nº 5,¹⁰ a população LGBT se encontrou cada vez menos articulada, mais suscetíveis aos abusos e desumanidades do Estado e da sociedade:

[...] a eliminação de direitos democráticos e de liberdades públicas desencadeada pelo golpe de 1964, com a instauração de um regime autoritário e repressor, adiou as possibilidades da constituição de um movimento dessa natureza no Brasil.¹¹

O relatório faz referências aos movimentos políticos e sociais tais quais aconteciam nos Estados Unidos, na Europa e na Argentina que, desde o final dos anos 1960, reivindicavam tratamento social digno às expressões LGBTs.¹² Por inúmeros infortúnios, as travestis constituem a classe mais vulnerável da população LGBT brasileira, historicamente perseguida e massacrada.¹³ Ao longo dessa pesquisa monográfica, busco elucidar as razões, contextos e circunstâncias pelas quais esses sujeitos estiveram mais propensos ao desdém e ao completo descaso social e estatal.

Esse trabalho não toca as questões, as práticas, as vivências, as representações, enfim, as humanidades das transformistas,¹⁴ aquelas de “uma nova modalidade de travestis”, que se

¹⁰ BRASIL. *Ato Institucional Nº 5, 13 de dezembro de 1968*. AI-5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 03. Nov. 2018. Talvez, o AI-5, tenha sido o maior símbolo do autoritarismo e da alegoria do terror – de um Estado que perseguiu, torturou, assassinou, desapareceu forçosamente e/ou exilou – que os militares conseguiram implementar durante os 21 anos de ditadura no país.

¹¹ CNV, op. cit., p. 300.

¹² Idem, ibidem, p. 300.

¹³ Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, não há como saber em sua totalidade o número de pessoas LGBTs mortas, vitimadas pelo preconceito homofóbico, durante a ditadura militar, pois, as redes de comunicação LGBT foram censuradas quando não silenciadas completamente pelo regime, o que dificultou consideravelmente a criação de grupos de resistência em prol da causa homossexual no país. Somente no final dos anos 1970 para o início dos anos 1980 que entidades sociais e políticas favoráveis à causa homossexual surgiram no Brasil, como o Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980 – grupo esse pioneiro no registro de crimes contra a comunidade LGBT no país (2014, p. 300). Entretanto, em nossa contemporaneidade, sabemos que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTs no mundo, primordialmente, as travestis e mulheres transexuais, que possuem uma expectativa de vida de 35 anos. É preciso compreender: a luta por um Estado democrático de direito é, também, “uma luta que demanda o pleno respeito à diversidade sexual” [e de gênero] (GREEN & QUINALHA, 2014, p. 25). Para isso, ver: GRUPO GAY DA BAHIA. O que é o GGB. Ver em: <<http://www.ggb.org.br/ggb.html>>. Acesso em: 10. Nov. 2018; ESTADÃO. ‘Transexual nunca foi ser humano no Brasil’, diz mulher trans com paralisia infantil. Ver em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,transexual-nunca-foi-ser-humano-no-brasil-diz-mulher-trans-com-paralisia-infantil,70002598195>>. Acesso em: 10. Nov. 2018; CORREIO BRAZILIENSE. Transexuais são excluídos do mercado de trabalho. Ver em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/sexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 10. Nov. 2018; CORREIO BRAZILIENSE. Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais. Ver em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acesso em: 10. Nov. 2018.

¹⁴ “Os atores transformistas (nomenclatura profissional oficializada pelo sindicato dos atores teatrais, na ocasião, para distingui-los, ao mesmo tempo, do antigo travestismo caricato, realizado por homens heterossexuais nas revistas e chanchadas, e das bichas travestidas que exerciam a prostituição, segundo depoimento de Cláudia Celeste) tanto apresentavam espetáculos inspirados no teatro de revista como shows musicais, com a intérprete

“dedicavam aos espetáculos de canto e teatro musical ou de revista”.¹⁵ Ocupando espaços dentro do meio artístico-cultural¹⁶ das grandes metrópoles brasileiras, como as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, conseguiram construir diversas carreiras profissionais, “várias ainda em atuação”.¹⁷

Essa pesquisa se dedica àquelas totalmente excluídas, à parte da sociedade, marginalizadas e, conseqüentemente, privadas dos processos de cidadania¹⁸, políticos, sociais, históricos e culturais do país. Procuo tratar com imenso respeito e zelo as questões, as práticas, as vivências, as representações e os sentidos que os meios midiáticos de comunicação – popular e alternativo – impuseram sobre esses corpos e essas práticas das travestis “originais”. Aquelas que ocupam o “trabalho” desumano e abusivo da prostituição, aquelas da conhecida, estigmatizada, “popular” e velha modalidade de existência travesti.

Entendo, no contexto próprio e singular da presente pesquisa, que esses indivíduos que possuem a capacidade de se montar e desmontar – os que propriamente simplesmente se travestem – ao final de suas apresentações/atividades, não ocupam a classe das travestis. Pois, o ser travesti não é desmontável, é uma condição humana na qual não se pode arrancar os seios, as intervenções estéticas e cirúrgicas no rosto, nos glúteos, nas pernas, nos braços, etc. A travesti vive vinte e quatro horas do seu dia enquanto uma travesti. Sofre marginalização do Estado e da sociedade justamente por isso, porque sua identidade social, política, histórica e cultural é sua humanidade, não lhe é possível desmontar-se a seu bel prazer, ao fim de suas “obrigações”.

cantando ou apenas fazendo a mímica da estrela representada (chamada de dublagem entre os nativos), mas sempre com o maior luxo possível, principalmente nos figurinos e perucas, como também destacou João Antônio. Os espetáculos na linha do teatro de revista, por apresentar elenco composto por bichas travestidas, passaram a ser designados pela imprensa também como *teatro de bonecas*” (RODRIGUES, op. cit., p. 101). As transformistas, homens (geralmente gays, porém, não necessariamente) que vestem roupas socialmente designadas às mulheres à noite, colocam perucas, fazem maquiagem, etc, instituem um personagem para fins de entretenimento artístico. Em nossa contemporaneidade, as conhecemos enquanto *drag queens*. A mais famosa delas na atualidade, em nosso país, é a conhecida cantora pop Pablio Vittar. Ver: <<https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2017/08/pablio-vittar-sou-um-menino-gay-nao-sou-trans-e-nao-faria-cirurgia-de-redesignacao-sexual.html>>. Acesso em: 30. Out. 2018.

¹⁵ RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Artes de Acontecer: viados e travestis na Cidade do Rio de Janeiro, do século XIX a 1980. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, 2016. p. 99.

¹⁶ “Por essa época [exatamente no ano de 1964, quando surgem as primeiras transformistas brasileiras nos palcos do nosso país] o termo travesti no mundo dos espetáculos ainda significava o ato de vestir-se e imitar o outro gênero [no caso, homens encarnados esteticamente por meio de roupas, perucas, demais acessórios e maquiagem enquanto o gênero feminino], recurso teatral empregado em vários países para contornar a proibição de mulheres atuarem no teatro” (RODRIGUES, op. cit., p. 104).

¹⁷ *Ibidem*, p. 93.

¹⁸ “A experiência histórica dos *displaced people* levou Hannah Arendt a concluir que a cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direito dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso a um espaço público comum. Em resumo, é esse acesso ao espaço público – o direito de pertencer a uma comunidade política – que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos” (ARENDDT apud LAFER, 1997, p. 58). Portanto, o conceito de cidadania como um artifício da inserção de indivíduos dentro da sociedade.

Compreendo perfeitamente as reivindicações do movimento transfeminista dos dias atuais, e tenho ciência da não necessidade de adequar-se cirurgicamente, esteticamente e de formas hormonais para que um indivíduo travesti/transexual seja, de fato, uma pessoa travesti/transexual. Entretanto, lidando com fontes do passado, torna-se evidente entre as próprias travestis as divisões entre o ser travesti e o ser homem gay. A travesti, na conceituação do passado, é aquela que passa por processos distintos e singulares, como o apadrinhamento por outra travesti, a escolha do seu nome feminino, o implante de silicone – muitas vezes o industrial, feito de maneira clandestina e ilegal – em diversas partes do corpo e por aí sucessivamente, na esteira de fabricar-se enquanto um indivíduo pertencente a um grupo específico, a uma comunidade particular, forjando identidade singularmente própria – mesmo que essa identidade passe pelo aval da aceitação das suas semelhantes. As “tradições travestis” mudaram. Segundo apontou uma travesti aos 45 anos de idade, na pesquisa apresentada por Bruno Cesar Barbosa:

[...] antigamente para você ser travesti, você tinha que se hormonizar, passar pela bombadeira, você tinha que ter uma mãe para te iniciar, hoje qualquer bixinha sai na rua, coloca um topinho e fala que é travesti.¹⁹

Sabemos que até hoje, no meio das travestis em prostituição, sem acesso aos espaços de poder e privilégios, aos grupos intelectuais e campos acadêmicos, essa visão padronizadora do que é ser travesti ainda existe.

Portanto, levando em conta que:

[...] as travestis são Pessoas sempre em construção que vão se fabricando a partir de diversas tecnologias, proponho que são TRANSGênero, uma vez que ultrapassam o criticado binarismo masculino/feminino, natureza/cultura. [...] seriam “as travestis ou “os” travestis? Como se referir a essas pessoas? Aqui as tratarei como “as travestis”, considerando que são como mulheres que estas se apresentam e querem ser vistas [socialmente]. Ao construírem para si uma imagem feminina, adotando, inclusive, nome de mulher, me parece que preferem ser tratadas no feminino.²⁰²¹

Os anos 1980 são importantes para entender o poder das representações sobre esses sujeitos humanos em nossa sociedade por conta de questões que fogem às mesmas. A AIDS, enquanto uma metáfora do preconceito²² e do ódio que o Estado e a sociedade sentiram sobre o corpo e as práticas travestis, se evidencia nesse período. Por uma questão de fontes, procurei fazer um paralelo entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, já que as documentações

¹⁹ BARBOSA, Bruno Cesar. Nômades da norma: corpo, gênero e sexualidade em travestis de diferentes gerações. In: **Simpósio Temático 18 – Interseccionalidades e produção das diferenças e desigualdades**. Anais do Fazendo Fênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 1.

²⁰ Mesmo que na época abordada nesse trabalho não se tenha esse entendimento totalmente esclarecido sobre o corpo travesti enquanto uma identidade feminina, pelas questões próprias da confusão de gênero do período, aqui, predomina-se o respeito pela humanidade e legitimidade do corpo alheio. Por questões política e sociais, não anacrônicas: AS travestis.

²¹ PELÚCIO, op. cit., p. 123-125.

²² SONTAG, Susan. **Doença como metáfora / Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

regularmente se comunicam entre si. Entretanto, a cidade de São Paulo exerceu maior proeminência ao decorrer da minha pesquisa e escrita monográfica. Sendo assim, teço minhas questões: O que foi ser uma travesti no eixo Rio de Janeiro-São Paulo durante os anos 1980 a 1988? Quais foram as representações que se impuseram sobre esses sujeitos?

O seguinte trabalho se divide em introdução, três capítulos, considerações finais, fontes, referências bibliográficas e digitais. O primeiro capítulo, situa-se em um breve diálogo sobre questões teóricas acerca do conceito de representações, por Roger Chartier e outros acadêmicos da área da História Cultural e Social, da Antropologia e da Sociologia, ajudam-me a evidenciar o caráter fundamental desse conceito para tratar o corpo e as práticas das travestis no eixo Rio de Janeiro-São Paulo durante os anos de 1980-88; seguido por um levantamento de outros acadêmicos importantes como Judith Butler e Henrieta Moore para compreender o corpo, o sexo, o gênero, isto é, a existência humana, enquanto um produto próprio da cultura; e, enfim, uma interlocução da necessidade da História Oral por Paul Thompson e outros para emergir as memórias e, conseqüentemente, as histórias dessas travestis silenciadas pela sociedade.

No segundo capítulo, adentro as minhas fontes da mídia alternativa Lampião da Esquina, pois, sua importância para o movimento LGBT e a voz do mesmo para a defesa incisiva às minorias políticas durante o início dos anos 1980 é inegável. No terceiro e último capítulo, analiso as fontes audiovisuais dos anos de 1987 e 1988, respectivamente a reportagem investigativa do jornalista Goulart de Andrade sobre a vida das travestis, seu cotidiano, suas dificuldades e seus depoimentos íntimos nos ajudam a interpretar as representações sociais sobre as mesmas; e o documentário *Hunting Season* (Temporada de Caça) da lésbica feminista e ativista Rita Moreira sobre o aparecimento da AIDS e as ondas de violência e assassinatos que ocorreram contra às homossexualidades durante os anos 1980 nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO I: Um breve diálogo entre História Cultural, Corpo, Sexo, Gênero e História Oral: ponte para construção narrativa das representações, significações, práticas e sentidos do ser travesti

1.1 Representações enquanto conceito da História Cultural

“A palavra é meu domínio sobre o mundo”.²³ A frase icônica de Clarice Lispector sobre sua vocação se faz bem útil para esse trabalho, no propósito de evidenciar que a palavra, enquanto parte fundamental de uma ideia pensada, de um código entendido, traduzido e expresso, da mente humana para o âmbito público, do exterior ao corpo condutor do pensamento, seja na escrita ou seja na fala oral, demonstra o poder por detrás de simples palavras. A palavra enquanto código, linguagem, se situa no efeito da imputação do sentido. A representação caminha nesse percurso: do dar sentido, conotar propósito, expor significância.

Segundo Roger Chartier, “a história cultural, tal como entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”,²⁴ ou seja, a significação e a interpretação que a sociedade impõe sobre as coisas e pessoas que compõem o mundo. Estruturar e, conseqüentemente, hierarquizar esses signos e significações para dar sentido aos pertencentes (sujeitos) e patrimônios (objetos) do mundo é uma maneira que as sociedades encontraram para estabelecerem ordem e normalidade – ou o discurso daquilo que se acredita ser natural – à vida humana em sociedade.

As representações servem a grupos e a propósitos muito bem estabelecidos. Não há percepção social que seja neutra, todas expressam valores individuais e/ou coletivos sobre quem as profere e/ou para quem as representações estão sendo proferidas.²⁵ Sandra Pesavento evidencia que a sociedade constrói sua própria ordem simbólica, que não se convencionou chamar de real – pois está pautada sobre a artificialidade das representações, embora, seja uma outra forma de conceber a existência da realidade histórica.²⁶ Em síntese: tudo é e não é real, assim mesmo, de forma ambígua, pois o que forma o mundo são noções dadas através de sentidos que por sua vez são ficcionais, paralelos à concretude da existência material.

Dialogando com os pensamentos de Bourdieu e Le Goff,²⁷ a representação, assim como para Chartier, está inserida no campo do mental – não no sentido da ciência, mas no ideário, na

²³ LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 59.

²⁴ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. p. 17.

²⁵ *Ibidem*, p. 17.

²⁶ PESAVENTO, Sandra apud MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 4, n. 57, p. 2-25, jan. 2003. p. 5.

²⁷ *Ibidem*, p. 4.

mentalidade; onde a abstração é uma maneira unicamente humana que a sociedade encontrou para produzir e difundir discursos, imagens, signos e demais atalhos do gênero, gerando interpretações do real, do concreto, do palpável. Para Pierre Bourdieu, “as representações mentais envolvem atos de apreciação, de conhecimento e reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural”.²⁸ Desse modo, a “investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”.²⁹

O conceito de representação, tratado nesse trabalho, é sobre a relação simbólica – que de tão abrupta se torna uma relação física, espelhada em violências concretas – que a sociedade estabelece de objetos e indivíduos com sentidos e valores próprios. Dentro desse campo há uma enorme variabilidade e pluralidade de interpretações sobre os objetos e indivíduos que as representações impostas socialmente buscam dar conotações.³⁰ A representação é como um museu, uma alegoria, feita para exhibir e nortear presenças, expor publicamente e de forma inteligível para toda a sociedade algo ou alguém.

Com a teatralização da vida social pelo Antigo Regime, Chartier diz que “a coisa não exista a não ser no signo que a exhibe”,³¹ isto é, as representações alienam corpos e coisas do mundo em identidades comungadas pelo todo. A legitimidade de algo ou alguém se estabelece nas relações sociais que os indivíduos exercem. Não se representa com fidelidade aquilo que se busca conferir sentido ao público. “A relação de representação é assim confundida pela ação da imaginação, essa parte dominante do homem, essa mestra do erro e da falsidade”.³²

Aí está a grande dificuldade, discernir dentro das práticas e dos significados, sentidos e representações do que de fato é o indivíduo travesti, carne e osso, pessoa física e própria do mundo material, e o que é a abstração do pensamento social, quais são as interpretações e ilustrações que se teceram sobre os corpos e as práticas das travestis, naturalmente alheias aos corpos e práticas tidas socialmente legítimas pela sociedade paulista e carioca da década de 1980. Para tanto, sobre a função simbólica do idealismo crítico da qual Roger Chartier se embebeda para analisar o mundo sob a ótica da representação como partida de sentido do todo:

Dita de simbolização ou representação como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio dos signos

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 4.

²⁹ CHARTIER, *op. cit.*, p. 17.

³⁰ *Ibidem*, p. 21.

³¹ Idem.

³² *Ibidem*, p. 22.

linguísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou dos conceitos do conhecimento científico.³³

Com as representações há uma atmosfera daquilo que se acredita ser a dominação simbólica, “por meio do “aparelho” ou do “aparato” [...] como corolário da ausência ou do apagamento da violência bruta”,³⁴ e continua:

É no processo de longa duração, de erradicação e de monopolização da violência, que é necessário inscrever a importância crescente adquirida pelas lutas de representações, onde o que está em jogo é a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social.³⁵

O mundo como representação traz a problemática de como a sociedade vê e pensa o real, no tocante ao que toda e qualquer significação humana é dada de forma artificial para que as coisas e pessoas do mundo possam fazer sentido.³⁶ “O interesse manifestado pelo processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação”.³⁷ “Etimologicamente, ‘representação’ provém da forma latina ‘repraesentare’ – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto”.³⁸

“Uma história vista de baixo, em contraposição a outra vista de cima, e que está relacionada ao problema do papel dos sujeitos coletivos ou individuais da história”.³⁹ Nesse contexto, é válido lembrar da definição que Michelle Perrot levantou sobre a história: “é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das relações, das acumulações que tecem o devir da sociedade. Mas é também o relato que se faz de tudo isso”.⁴⁰ Perrot propõe que a história não trata apenas dos fatos que se desenrolam acerca de conflitos humanos no tempo, mas a forma como os próprios historiadores interpretam e narram esses acontecimentos. Nessa conjuntura, Michelle Perrot trata sobre mulheres cisgêneras que foram silenciadas nos processos das escritas da história, suas falas, ações e eventos não foram registrados convenientemente pelos homens.

³³ Ibidem, p. 19.

³⁴ Ibidem, p. 22-23.

³⁵ Idem.

³⁶ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

³⁷ CHARTIER, op. cit., p. 24.

³⁸ MAKOWIECKY, op. cit., p. 3.

³⁹ JARDIM, Rejane Barreto; PIEPPER, Jordana Alves. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. *MÉTIS: história & cultura* – v. 9, n. 18, p. 87-97, jul/dez. 2010. p. 88-89.

⁴⁰ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 16.

1.2 Corpo, sexo e gênero: “base existencial da cultura”

Segundo Marcos Benedetti, a partir de Marcel Mauss, “que foi um dos primeiros estudiosos a ressaltar o papel da cultura na conformação do corpo”,⁴¹ há um empenho entre antropólogos para alavancar essa questão – contudo, acredito que outros cientistas das humanidades como das áreas da Sociologia, da História Cultural, dos Estudos de Gênero, particularmente, da Teoria *Queer*, e afins, que em seus trabalhos lidam com a cultura de maneiras indispensáveis, também possuem esse propósito:

[...] com o franco objetivo de validar o corpo enquanto objeto de estudo desvinculando-o das determinações físico-biológicas emprestadas pela medicina e ciências correlatas, quase sempre soberanas no que diz respeito às explicações acerca desse objeto.⁴²

Ainda sobre o pensamento de Benedetti, para ele, também, Pierre Bourdieu e Thomas Csordas dialogam sobre a autoridade que o corpo tem na cultura e a cultura tem no corpo. Bourdieu, na teoria da prática, “afirma que o corpo é o espaço onde está a cultura, onde se situam os principais esquemas de percepção e apreciação do mundo, formados a partir das estruturas fundamentais de cada grupo”:

A cultura é incorporada por meio de um mecanismo básico que ele denomina *habitus*. Assim, o *habitus* é a própria naturalização da cultura, porque é o operador lógico que promove a ligação entre um nível propriamente simbólico (cultural) e o espaço corporal (natural). Assim, segundo Bourdieu, não haveria um estrato puramente biológico do corpo, governado por leis naturais, como querem as ciências médicas e biológicas. O corpo, mesmo no seu nível mais “natural”, é um produto social, porque esta (de que há um nível puramente natural) é a nossa representação sobre ele.⁴³

Pelo curso do conceito de *habitus* de Bourdieu e dos “desenvolvimentos da teoria da percepção de Merleau-Ponty”, Thomas Csordas vai além ao afirmar: “o corpo é a base existencial da cultura”.⁴⁴ Nessa perspectiva, não há apreensão humana fora do âmbito cultural. Csordas não apreende o corpo enquanto mero suporte de sentidos, mas como um “elemento produtor e o cenário primeiro desses significados”.⁴⁵

Historicamente, o termo travesti foi empregado em nossa linguagem de maneira a depreciar os corpos e as práticas de travestis durante os séculos – há registros de indivíduos travestis em terras que seriam e, hoje, são, conhecidas como Brasil desde o século XVI⁴⁶ – no intuito de marginalizar e inferiorizar a condição humana das travestis.⁴⁷ Com isso, dar o sentido de que as travestis não são seres legítimos socialmente, pois, estão em performances de imitação

⁴¹ BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 52.

⁴² Idem.

⁴³ BOURDIEU, Pierre apud BENEDETTI, op. cit., p. 53.

⁴⁴ CSORDAS, Thomas apud BENEDETTI, ibidem, p. 54.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ SILVA & BRITO, op. cit.

⁴⁷ JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos – **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Brasília, 2012. p. 16-17.

do legítimo – no caso das mulheres cisgêneras, causando aos olhos da sociedade certo engano, porque “fingem” ser o que não são.⁴⁸

Michel Foucault, em sua análise, nos afirma que o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.⁴⁹ Os discursos que compõem os corpos e as práticas, principalmente, o gênero das travestis, se sustentam em zonas de poder que buscam por controlar as significâncias desses corpos e de suas respectivas práticas. Um desses discursos é o biológico. Sendo o mesmo, embasado na medicina-legal, homens e mulheres são sujeitos distintos pelo fenótipo que os legitimam. Por conta de marcas inatas do corpo, mulheres são mulheres e homens são homens.

É nesse sentido que Foucault afirmou ser o “sexo” uma categoria que une diversos discursos a compor noções específicas de práticas, sentidos, significações e propósitos aos corpos:

A noção de sexo permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres, e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda parte: o sexo pôde, portanto, funcionar como significante único e como significado universal. Além disso, apresentando-se unitariamente como anatomia e falha, como função e latência, como instinto e sentido, pôde marcar a linha de contato entre um saber sobre a sexualidade humana e as ciências biológicas da reprodução; desse modo, aquele saber, sem nada receber realmente dessas últimas – salvo algumas analogias incertas e uns poucos conceitos transplantados – ganhou, por privilégio de vizinhança, uma garantia de quase cientificidade; mas, através dessa mesma vizinhança, certos conteúdos da biologia e da fisiologia puderam servir de princípio de normalidade à sexualidade humana.⁵⁰⁵¹

Longaray e Ribeiro destacam que os:

Discursos produzidos sobre a sexualidade e sobre os gêneros, no âmbito da Medicina, da Psiquiatria, da Psicologia, entre outros campos do saber, e que proliferam ainda hoje na sociedade, buscam, de certa forma, esquadrihar os sujeitos e normalizar as atitudes e práticas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, que são “classificados/as” como doentes, anormais e desviantes. [...] A partir do século XIX, por intermédio da Psiquiatria, a Medicina apresenta sua função social em uma sociedade de normalização. O poder da Medicina emerge em diversos contextos: na família, nas escolas, nos tribunais; avança também, sobre a sexualidade, sobre a educação etc. Nesse sentido, “a norma se torna o critério de divisão dos indivíduos.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

⁵⁰ “Butler chamou a atenção para o fato de a teoria feminista não problematizar outro vínculo considerado natural: gênero e desejo” (RODRIGUES, 2005, p. 179). O sexo não é natural, não se estabelece sem um agente histórico pensante e determinante de sentidos. E na lógica social na qual vivemos, sexo e gênero se confundem, se apropriam um do outro para existirem em discurso médico-legal, psiquiátrico, religioso, culturalmente estabelecido. “Talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” (BUTLER, 2016, p. 27).

⁵¹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Dado o fato de estar sendo constituída uma sociedade da norma, a medicina como a ciência cima de tudo do normal e do patológico, será a ciência rainha”.⁵²

Exatamente pelo fato dos corpos das travestis e mulheres transexuais serem produzidos “fora da inteligibilidade social, incoerentemente em relação às normas hegemônicas”, contrariando não somente a medicina legal, mas, também, a lógica sagrada do corpo, do gênero e do sexo, segundo o cristianismo – ideologia religiosa quase que totalmente dominante no Brasil, muito por conta da nossa fundação enquanto povo brasileiro, catequizados e cristianizados desde o processo da colonização e escravidão – a sociedade, regularmente, as repudia.⁵³

Em contrapartida da imposição sagrada do corpo, como algo intocável, determinado biologicamente como destino único, certo e final da humanidade. Henrietta Moore defende a ideia de que o ser homem e o ser mulher são categorias construídas socialmente, logo, “não podem ser consideradas naturais, fixas ou predeterminadas; sendo assim, não se pode negar a importância do processo cultural na formação de uma pessoa”⁵⁴ – portanto, há uma constatação que se faz presente: se os homens e as mulheres são seres sociais e culturais, as travestis também os são.

Aqui se encontra a complexidade desse corpo formado e formalizado durante o tempo que se investiu sobre o mesmo, sobre quanto dinheiro se gastou, nas colocações de uma vasta gama das emoções, nesse processo lento, único, doloroso e/ou prazeroso, extremamente singular – que por vezes tenta se pluralizar – da alteração do corpo. As travestis não concebem o corpo como “um mero suporte de significados”:

O corpo das travestis é, sobretudo, uma linguagem; é no corpo e por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos.⁵⁵

Igualmente importante entender a noção de performance de gênero, postulada por Judith Butler⁵⁶:

Aponta para a desnaturalização do sexo/gênero, tratando-o como uma superfície, regulada a partir de diversos arranjos culturais, econômicos, científicos e políticos, e não mais a partir de regras fixas do binarismo de gênero, em que corpo e gênero nasçam juntos, concebidos de formas naturais.⁵⁷

⁵² FOUCAULT, Michel apud LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 764.

⁵³ Idem.

⁵⁴ MOORE, Henrietta apud JARDIM & PIEPPER, op. cit., p. 94.

⁵⁵ BENEDETTI, op. cit., p. 55.

⁵⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 12ª ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

⁵⁷ BUTLER, Judith apud BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. **O lampião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1979-1981)**. 2016. 137f., il. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. p. 24.

Butler evidencia que até o sexo biológico é uma construção fictícia em discurso social, histórico e, fundamentalmente, cultural, assim como o gênero. Para Butler, quando Simone de Beauvoir escreve o celebre pensamento: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”,⁵⁸ a filósofa se refere ao artifício do gênero enquanto um construto cultural que se associa, nas concepções contemporâneas, intrinsecamente às lógicas dos corpos sexuados onde se impuseram socialmente de forma compulsória aquilo que interpretamos como feminilidade, porém:

Beauvoir diz claramente que alguém “se torna” mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do “sexo”. Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea.⁶⁰

“A performance está no verbo “tornar”, que desconstrói a concepção de identidades essencialistas, fixa, imutáveis e imóveis, dando primazia a transitoriedade identitária”.⁶¹ Joan Scott igualmente comunga que o gênero não é algo conferido pelo biológico, mas formado pela cultura:

O termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aqueles que encontram um determinador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais”.⁶²

Guacira Louro acrescenta sobre os corpos “nomeados e classificados no interior de uma cultura”:

Os corpos se fazem históricos e situados. Os corpos são “datados”, ganham um valor que é sempre transitório e circunstancial. A significação que se lhes atribui é arbitrária, relacional e é, também, disputada. Para construir a materialidade dos corpos e, assim, garantir legitimidade aos sujeitos, normas regulatórias de gênero e sexualidade precisam ser continuamente reiteradas e refeitas. Essas normas, como quaisquer outras, são invenções sociais. Sendo assim, como acontece com quaisquer outras normas, alguns sujeitos as repetem e reafirmam e outros delas buscam escapar.⁶³

Esse é o peso da violência simbólica – da qual Bourdieu afirma ser sobre os sistemas simbólicos que cumprem uma função política na qualificação da imposição. No propósito de legitimar e/ou assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica); “que

⁵⁸ BEAUVOIR, Simone de. **The second sex**. Trad. H. M. Parshley, New York: Vintage Books, 1973. p. 30.

⁵⁹ Na versão em inglês de 1973 na qual Butler cita no livro “Problemas de gênero”, traduzido por H. M. Parshley, encontra-se a seguinte tradução do original em francês “*on ne naît pas femme: on le devient*” para o inglês “*one is not born, but rather becomes, a woman*”. A tradução para o português do Brasil, comumente aceita e vista nas edições de “O segundo sexo”, é essa na qual redigi no texto, e a mesma que se encontra na obra de Butler traduzida, revista e reeditada para o Brasil.

⁶⁰ BUTLER, op. cit., p. 29.

⁶¹ BRITO, op. cit., p. 24.

⁶² SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 15, n. 2, p. 71-97, jul./dez. 1995. p. 75.

⁶³ LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 89.

existem lutas no campo intelectual pelo monopólio da violência simbólica legítima”⁶⁴ – que desemboca em violências concretas, físicas, psicológicas, morais. Onde corpos classificados às existências defeituosas são renegados e precisam ser isolados quando não totalmente aniquilados para impedir que a sociedade entre em colapso de suas noções morais, de seus conceitos e suas certezas – o que está conectado pelo viés cultural.

Em síntese e a grosso modo: sexo, sexualidade, corpo e gênero, nada mais são que produtos e discursos – geradores de interpretações e significados – sociais, culturais e históricos que atendem as sociedades de formas distintas e em momentos distintos do tempo-local histórico.⁶⁵

1.3 “História vista de baixo”: oralidade e memória

Paul Thompson⁶⁶, em sua obra, instrumentalizou a História Oral como elo entre a arte de fazer a ciência histórica para com a subjetividade memorial individual e/ou coletiva de pessoas comuns. Democratizar a História para que os menos favorecidos e mais excluídos – dos processos políticos, sociais, culturais, enfim, históricos, que constituem as sociedades – possam ter suas vozes ouvidas. A História que até então era um ramo por excelência de uns poucos e privilegiados, agora, abre as portas para aqueles que estavam à margem da escuta e, principalmente, do falar; do ato de materializar e recordar aquilo que se passou.

A evidência oral não pode ser tratada como meramente evidência histórica, pois, ela é o documento vivo, são as próprias pessoas que narram os acontecimentos que vivenciaram – de formas diretas (autobiografias) ou indiretas (entrevistas) –, não se pode negar o “valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado”.⁶⁷ Sobre a importância da voz e de como e do que se levanta na palavra:

[...] a gravação é um registro muito mais fidedigno e preciso de um encontro do que um registro simplesmente escrito. Todas as palavras empregadas estão ali exatamente como foram faladas; e a elas se somam pistas sociais, as nuances da incerteza, do humor ou do fingimento, bem como a textura do dialeto. Ela transmite todas as qualidades distintivas da comunicação oral, em vez da escrita – sua empatia ou combatividade humana, sua natureza essencialmente tentativa, inacabada.⁶⁸

⁶⁴ BOURDIEU, Pierre apud CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, Paraná, 2005. p. 146.

⁶⁵ BENEDETTI, op. cit.; BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008; BUTLER, op. cit.; ERRINGTON, Shelly. *Recasting sex, gender and power: a theoretical and regional overview*, In: ATKINSON, J & ERRINGTON, S., eds., **Power and difference: gender in Island Southeast Asia**. Stanford: Stanford University Press, 1990; FOUCAULT, op. cit.; MOORE, Henrietta. **Compreendendo sexo e gênero**. Trad. Julio Assis Simões. Original: *Understanding sex and gender*. INGOLD, Tim. (Ed). *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge, 1997; SCOTT, op. cit.

⁶⁶ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁶⁷ Ibidem, p. 138.

⁶⁸ Ibidem, p. 146-147.

O próprio ato de narrar os fatos está impregnado da intimidade de quem os narra. Verena Alberti releva que “a História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”.⁶⁹ Peter Hüttenberger “sugere dividir os vestígios do passado em dois grupos: os resíduos de ação, de um lado, e os relatos de ação, de outro”.⁷⁰ O resíduo de ação se enquadra nas documentações de arquivos, os documentos clássicos, tidos enquanto oficiais. Enquanto o “relato de ação, posterior no tempo, poderia ser exemplificado por uma carta na qual se informa alguém sobre uma ação passada, ou ainda por memórias e autobiografias”.⁷¹

Aqui, durante esse trabalho, as memórias das travestis contidas nos relatos audiovisuais são importantes para entendermos além das representações de seus corpos e de suas práticas, seu próprio *ethos*. Verena Alberti entende que Hüttenberger “considera que um relato de ação é também um resíduo de uma ação”,⁷² nisso, ancorada no exemplo do indivíduo que escreve uma carta e a envia para outra pessoa, buscando-se desencadear uma ação.

O que, nesse contexto dessa pesquisa, pode ser comparado com a “necessidade” de contar a experiência do trauma, como ressaltou Primo Levi:

A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior.⁷³

É claro que os acontecimentos e contextos que Primo Levi vivenciou dentro da Itália fascista e sob os domínios da Alemanha nazista – afinal, Primo Levi foi um judeu, italiano, partisan, capturado e mandado para o campo de concentração de Auschwitz-Monowitz, na Polônia – são completamente diferentes dos acontecimentos e contextos que vivenciaram as travestis no eixo Rio de Janeiro-São Paulo da década de 1980, porém, a associação da necessidade de contar suas próprias memórias através de uma narração, de um depoimento – seja ele escrito, gravado, filmado, etc. – se torna similar ao passo que, aquele que viveu, precisa ter protagonismo em sua própria voz para relatar seu próprio sofrimento, seus traumas, suas angústias. Essa, talvez, seja uma das maiores contribuições da História Oral: evidenciar processos de violências através do testemunho, do rascunho memorial, daqueles que sentiram em suas próprias peles o descaso, o abuso e a desumanidade.

⁶⁹ ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155.

⁷⁰ HÜTTENBERGER, Peter apud ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996. p. 3.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 8.

Assim como recordar é um processo ativo, segundo afirma Paul Thompson,⁷⁴ recordar também é um processo identitário, como disserta Michael Pollak.⁷⁵ Alícia os seus e desarticula os outros, ou vice-versa. “Pollak⁷⁶ ao falar das memórias de grupos excluídos, fala de uma memória subterrânea, que fazem parte da cultura de minorias dominadas, essas memórias vivem no silêncio”:⁷⁷

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem de uma sociedade majoritária ou o que o Estado deseja passar ou impor.⁷⁸

Evidente que toda memória, seja ela individual ou coletiva, oficial ou popular, está impregnada de um propósito político, ideológico, sendo culturalmente mediada por quem a detém e a expõe.⁷⁹ Consequentemente, o desenrolar dessa memória através do vestígio oral se posiciona, levanta bandeiras, o que no meu entendimento não impõe obstáculos à pesquisa acadêmica, pois, como todo ser humano que exercita sua humanidade no mundo: viver significa tomar partido.⁸⁰ Entendo que exista uma “multiplicidade de memórias em disputa”,⁸¹ e o desenvolver desse trabalho não busca por alavancar uma memória oficial, mas uma memória relevante para a população LGBT, primordialmente, para a comunidade de travestis e mulheres transexuais.

A memória coletiva marginalizada – aquela que se situa nas zonas de pessoas não legítimas, de pouca relevância social –, nesse sentido, habita de maneiras combativas nos campos da luta política, social e histórica, pois, regularmente, se subvertem às versões oficiais do Estado, de grupos majoritariamente hegemônicos, mais fortes, vitoriosos – no caso desse trabalho da própria sociedade civil, da classe dos jornalistas, do Estado de exceção da ditadura militar e das permanências dessa exceção após 1985.

As travestis, em seus relatos, de forma consciente ou inconsciente, se aglutinam em torno de uma identidade – seja do corpo físico, seja do trauma. Seus relatos, através da memória, constroem monumentos de pertencimento. “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo”.⁸²

⁷⁴ Op. cit.

⁷⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

⁷⁶ Idem. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

⁷⁷ XAVIER, Caroline da Silva Pacheco. **Memória, identidade e desumanização na obra “É isto um homem?”**, de Primo Levi: memórias traumáticas do Holocausto. Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015. – (Monografia). p. 39.

⁷⁸ POLLAK, op. cit., p. 6.

⁷⁹ PORTELLI, Alessandro apud ALBERTI, op. cit., p. 6.

⁸⁰ GRAMSCI, Antonio. **La città futura**. Turim: Aragno, 2017.

⁸¹ ALBERTI, op. cit., p. 6.

⁸² POLLAK, op. cit., p. 7.

Perpetrar as memórias desses indivíduos travestis que foram perseguidas, encarceradas e/ou assassinadas pelo preconceito, tolhidas de dignidade humana em meio aos processos que compõem à sociedade e o Estado brasileiro, é, definitivamente, construir uma narrativa histórica para as outras travestis que virão depois dessas. Instituir memória é instituir História. Instituir História é instituir relevância humana. Instituir relevância humana é instituir legado.

CAPÍTULO II: As travestis na mídia alternativa O Lampião da Esquina: A voz de denúncia e visibilidade às representações das minorias políticas em meio ao turbilhão do início dos anos 1980

2.1 O jornal como forma de narração histórica

Somente na “terceira geração dos Annales, com o fortalecimento da História Cultural pós-movimentos de maio de 1968, que o quadro da historiografia brasileira passa por alterações em sua relação com o jornal como documento-fonte”.⁸³ Havia por parte dos historiadores brasileiros certa desconfiança, antes desse período, em cair nas armadilhas do jornal enquanto fonte não fidedigna, pois, segundo Maria Helena Rolim Capelato, os historiadores possuíam obsessão pela verdade.⁸⁴

Tomados da consciência de que o jornal, assim como qualquer outra fonte, não cristaliza a verdade do passado; passou-se a usar os periódicos como forma de evidenciar mentalidades sociais, políticas, culturais, etc., de seu próprio espaço-tempo. Em uma narração histórica que se utiliza dos jornais como fonte e, obviamente, como artifícios para uma tentativa de materializar essas noções do passado no presente, há de se atentar ao valor e dar o devido “reconhecimento da importância dos elementos culturais”⁸⁵ nelas expostas. Cabe ao historiador historicizar esse passado através do periódico, apontando as especificidades desse tempo, que denota a “importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros”,⁸⁶ seu corpo editorial e seus interesses particulares no campo social, e afins.

“A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.⁸⁷ É extremamente expressivo o papel da imprensa no meio da vida sócio-política da humanidade, tendo em vista a história brasileira, “a imprensa teve papel relevante em momentos políticos decisivos, como a Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição e a República”.⁸⁸ Dentro dos anos 1980, a imprensa popular se dirige à sociedade pelo controle efetivo do Estado ditatorial de exceção em vigência

⁸³ LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisas: delineamentos metodológicos. In: **10º Encontro da Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR)**, Porto Alegre. 10º Encontro Nacional de História da Mídia (ALCAR), 2015. p. 3.

⁸⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim apud LAPUENTE, *ibidem*, p. 2.

⁸⁵ LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 113.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 116.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 139.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 134.

– com a censura, sobretudo, da moral e dos bons costumes, amparada na Lei de Imprensa em vigor desde 1967 pelo marechal Castello Branco.⁸⁹

Nessa atmosfera paranoica do inimigo externo da subversão intrinsecamente associada ao comunismo ateu e, assim sendo, contra aos valores cristãos-ocidentais da ordem familiar tradicional, e coisas do gênero, em 26 de janeiro de 1970 foi promulgado no governo Médici o Decreto-Lei de n. 1.077.⁹⁰ Revelando extrema preocupação do Estado com a moralidade vinculada aos meios midiáticos: “Art. 1º: Não serão toleradas as publicação e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” – nesse balaio estão desde textos comunistas aos naturalizadores de sexualidades e gêneros não hetero-cis-centrados. “Para os militares, a degradação moral da sociedade pelos meios de comunicação obedecia a um plano subversivo que visava colocar em risco a Segurança Nacional”.⁹¹

Nesse sentido, fica evidente que o jornalismo se qualifica enquanto obstáculo daquilo que o Estado quer passar para a sociedade. O jornal é cerceado, pois, representa perigoso para com os planos do regime de exceção militar. Fundamentalmente, “é uma prática social que está vinculado diretamente ao modo de vida de apenas algumas classes [...] o que já mostra sua relação de poder”.⁹² A produção jornalística mantém suas particularidades e seus íntimos interesses, não noticia sem propósito, não seleciona fatos de maneira aleatória, conseqüentemente, não se escreve de maneira apolítica, neutra, imparcial. Sendo assim, a contribuição de Jean Pierre Rioux sobre a diferença entre a produção historiográfica da jornalística se faz necessária:

[O historiador] escolhe o momento, torna objetivo seu propósito, pretende dar sentido, enquanto que o jornalista é o homem apressado que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura imediatizando-a em jato contínuo, que recolhe material de qualquer jeito e inventa fontes sem poder tratá-las.⁹³

O jornal é a voz da sociedade – ou melhor, de parte muito bem específica da sociedade – para com a sociedade, e atende a determinados interesses da sociedade em vigência – nesse âmbito de um regime autoritário, portanto, o jornal também serve aos interesses do próprio Estado, inclusive, muito mais do Estado do que da sociedade civil. O corpo que compõe o jornal possui formação educacional formal, trabalha com carteira assinada, investigam eventos até mesmo no exterior, isto é: são pessoas privilegiadas. A imprensa se constitui enquanto o campo

⁸⁹ BRASIL. *Lei nº 5.250/67, 9 de fevereiro de 1967. Lei de Imprensa.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm>. Acesso em: 05. Out. 2018.

⁹⁰ BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.077, 26 de janeiro de 1970.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm>. Acesso em: 05. Out. 2018.

⁹¹ BRITO, op. cit., p. 13.

⁹² LAPUENTE, op. cit., p. 6.

⁹³ RIOUX, Jean Pierre apud LAPUENTE, ibidem, p. 6.

da disputa sócio-política pelo discurso homogêneo que vai trazer os fatos, narrar as verdades e/ou manipular as massas – depende da perspectiva que se analisa. A casta do jornal, por excelência, é politizada. Possuem prestígio, determinada legitimidade – mesmo que parcial em momentos de não-democracia plena – e credibilidade porque ocupam papel de destaque, afinal, escrevem a enciclopédia do cotidiano, a história do dia a dia, as notícias que precisamos saber para convivermos socialmente. Porém:

Se há exemplos de resistência tenaz, como a pungente imprensa alternativa das décadas de 1960 a 1980, outros veículos de comunicação, no mesmo período, aceitaram a autocensura e resvalaram no colaboracionismo – não se pode subestimar a força persuasiva dos empréstimos, verbas publicitárias e outros favores estatais.⁹⁴

Ainda sobre os jornalistas, a escritora francesa Marguerite Duras afirmou:

[...] É alguém que observa o mundo e o seu funcionamento, que diariamente o vigia muito de perto, que faz ver e rever o mundo, o acontecimento. E não consegue fazer este trabalho sem julgar o que vê. É impossível. Em outras palavras, a informação objetiva é um logro total. Uma impostura.⁹⁵

Por consequência, nas fontes dos periódicos conseguimos encontrar esses discursos materializados da mentalidade social que compõe o mundo à sua época. Com esse material que o historiador questiona os significados dentro dos discursos que compõe o periódico. Dentro desse período de exceção militar, os jornais alternativos surgem como forma de oposição política, ativismo que pauta questões que a censura rotulou como imoral e depravada – exemplo disso são as homossexualidades encaradas em certos periódicos enquanto existência humana normalizada. Segundo Brito:

A resistência da imprensa alternativa representa uma oposição à ditadura, por meio de comunicação popular e comunitária, alinhando-se ao desejo de liberdade política e de expressão dos movimentos populares.⁹⁶

2.2 Jornal pornográfico, não, meu amor. Resistência ativista!

O periódico em evidência para esse trabalho monográfico exerce motivações e serve a propósitos muito bem definidos. O *Lampião da Esquina*, enquanto um jornal alternativo, editado e publicado na cidade do Rio de Janeiro, fundado em finais de 1977 – com uma equipe maior e fixa na cidade de São Paulo⁹⁷ –, voltado à contracultura, sem partido e/ou ideologia política binária prontamente estabelecida, escrito por homens gays,⁹⁸ de classes abastadas e

⁹⁴ LUCA, op. cit., p. 129.

⁹⁵ Ibidem, p. 139.

⁹⁶ BRITO, op. cit., p. 15.

⁹⁷ TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª ed., ver., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. p. 316.

⁹⁸ “É preciso registrar que mulheres (artistas e jornalistas) contatadas, no período, negaram-se terminantemente a colocar seus nomes no jornal. Daí por que a equipe era toda constituída de homens” (TREVISAN, 2018, p. 317).

formações acadêmicas/intelectuais como: Darcy Penteado (artista plástico), Aguinaldo Silva (jornalista e escritor), João Silvério Trevisan (cineasta e escritor), Peter Fry (antropólogo), Jean-Claude Bernardet (crítico de cinema), Antonio Chrysóstomo (jornalista), Adão Costa (jornalista), Clóvis Marques (jornalista), João Antônio Mascarenhas (jornalista); seus textos eram em prol dos homossexuais, das lésbicas, dos negros, dos indígenas, das feministas, das travestis e prostitutas – isto é, das minorias políticas e dos assuntos tabus.⁹⁹

João Silvério Trevisan afirma que o jornal “desobedecia em várias direções”,¹⁰⁰ pois, tratavam de assuntos considerados secundários pela esquerda ortodoxa, militante, guerrilheira; e imorais pela direita, tendo em vista que a naturalização dos corpos e das práticas de LGBTs no período era considerado um atentado à moral e aos bons costumes – inclusive, o jornalista Celso Curi do jornal Última Hora, de São Paulo, foi processado pelo Estado pela promoção de “encontros entre anormais” – fala do promotor do caso – na sua conhecida “Coluna do Meio”, onde trazia cartas de homossexuais que tinham o propósito de conhecer outros homossexuais em suas cidades.¹⁰¹

Ainda no início de sua criação, a partir de agosto de 1978, o jornal passou a sofrer perseguições por parte do Estado sob acusação de atentado à moral e aos bons costumes:

[...] um inquérito policial que estava sendo levado a efeito tanto no Rio quanto em São Paulo, solicitado pelo Ministério da Justiça. A carta da Polícia Federal solicitando o inquérito referia-se a nós, editores, como “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”, de modo que constituíamos casos situados – segundo os promotores – na fronteira da medicina patológica. A carta pedia que fôssemos processados judicialmente e enquadrados na chamada Lei de Imprensa, segundo a qual poderíamos receber até um ano de prisão. [...] No segundo semestre de 1979, começaram a explodir bombas em bancas de jornais de vários pontos do país, com panfletos anônimos exigindo que não mais fossem vendidos nem jornais alternativos (quase sempre de esquerda) nem revistas ou jornais considerados pornográficos (e numa das listas apareceu o nome do Lampião). As bombas foram vagamente atribuídas, pelo governo, a comandos paramilitares. Mas nunca se instaurou nenhum inquérito para apurar donde provinham e quem eram os integrantes de tais grupos, que se autodenominavam Falange Pátria Nova, Brigadas Moralistas e Comando de Caça aos Comunistas. Esta nuvem escura pairou sobre o Lampião até meados de 1979, quando o inquérito policial foi arquivado por não terem sido encontrados elementos suficientes para a instauração de um processo judicial.¹⁰²

O Lampião, nessa posição de jornal opositor, se dispôs progressivamente contra o “ufanismo militante e a cooptação partidária de amplos setores do movimento homossexual em

⁹⁹ BRITO, op. cit., p. 20-22; SILVA & BRITO, op. cit., p. 216-217; WAGNER, Gabriel Mayer. **Garotos não usam batom:** as travestis sob o olhar do jornal Lampião da Esquina. 2013. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização Mídia, Informação e Cultura) – Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação – USP. p. 11-12.

¹⁰⁰ TREVISAN, op. cit., p. 317.

¹⁰¹ Ibidem, p. 324.

¹⁰² Ibidem, p. 323-324.

várias partes do Brasil”.¹⁰³ Em 1980, na busca de sua ampla e própria autonomia, começaram a se desligar do compromisso “moral” com os grupos organizados. Nas palavras de Trevisan: “manifestando franca hostilidade contra a burocratização que começava a moldar o ativismo guei”.¹⁰⁴

A partir daí o jornal degingolou e sucumbiu as divergências de seu corpo editorial. Depois de três anos de existência, trinta e sete números publicados mensalmente – com distribuição nacional –, três edições extras, com tiragens que saltaram de 10 mil para 15 mil exemplares – sendo a primeira tiragem distribuída gratuitamente –, decidiu-se fechar o jornal em julho de 1981.¹⁰⁵ Não somente os embates dos editores fizeram com que o Lampião encerrasse suas atividades, mas questões financeiras, concorrência com outros jornais e, até mesmo, segundo Trevisan, sentimento de mediocridade perante o desenvolvimento do trabalho jornalístico exercido fizeram com que o periódico acabasse.¹⁰⁶ Uma breve vida, um legado imensurável para o ativismo homossexual do país.

Como o jornal alternativo Lampião da Esquina teve uma vida relativamente prematura, somente circulou entre 1978 e 1981, e a década de 1980 é o recorte temporal desse trabalho, analisei as edições de 1980 e 1981. São dezessete edições do Lampião da Esquina entre janeiro de 1980 e julho de 1981, contando com uma edição Extra de n. 3 que saiu em 1980 sem mês especificado. Ao todo, dezoito edições foram publicadas e circuladas pelo país durante o período escolhido para esse trabalho. Porém, nem todas abordam as vivências e as práticas travestis com destaque e/ou relevância para delimitar as representações que se traçaram das mesmas.

A edição extra de n. 3, as de n. 21 de fevereiro e 24 de maio de 1980, e as de n. 32 de janeiro e 35 de abril de 1981 me chamam bastante atenção. Uma vez que as travestis estampam suas capas, logo, as reportagens sobre elas são extensas e abordam questões mais delicadas e complexas como: tortura, perseguição policial, cárcere, abusos como trabalhos forçados e estupros coletivos, e a transexualidade enquanto condição humana.¹⁰⁷ Portanto, por essas questões específicas e tão relevantes à construção de discursos e representações sobre corpo,

¹⁰³ Ibidem, p. 336.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ BRITO, op. cit., p. 21; TREVISAN, op. cit., p. 338.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 22.

¹⁰⁷ Optei por não tratar sobre o carnaval, seus bailes, desfiles; os espetáculos de dança nos cabarés; as representações jocosas do corpo travesti na televisão, nos programas de auditório; e afins, pois, no meu entendimento, essas questões estão mais que esclarecidas em outros trabalhos vistos e revistos dentro da temática de estudos LGBTs. Ver: Carlos Figari (2007); James N. Green (2000); James N. Green & Renan Quinalha (2014); João Silvério Trevisan (op. cit.).

práticas e vivências, esses documentos-fonte foram escolhidos por esse pesquisador para serem analisadas nos subcapítulos abaixo.

2.3 Travesti: existência que se configura enquanto crime

Antes de adentrar nas representações que configuram violências, precisamos entender o conceito de violência:

As raízes objetivas da violência, segundo a perspectiva de Zizek, está ligada à ordem do capital. Zizek distingue três tipos de violência: a subjetiva, que é a mais visível, feita por agentes que são identificáveis, chamada de “perturbações do normal”, ou do cotidiano, ou seja do estado pacífico das coisas; a objetiva, chamada de sistêmica, definida como a violência inerente a este “normal estado de coisas”, que é composto pelas catastróficas consequências do fundamento de nosso sistema econômico e político e a simbólica, a mais fundamental forma de violência, que pertence à linguagem como tal, por sua imposição de um certo universo de significado.¹⁰⁸

Magalhães apreende a violência subjetiva de Zizek como “decisão, vontade, de praticar um ato violento”; a violência simbólica como parte permanente do meio social, já que essa atua sobre a linguagem na forma da gramática, arquitetura, urbanismo, arte, moda, e demais formas de representação; e a violência objetiva, também permanente, “são as estruturas sociais e econômicas, as permanentes relações que se reproduzem em uma sociedade hierarquizada, excludente, desigual, opressiva e repressiva”.¹⁰⁹

“As noções de moral e bons costumes que condenam os homossexuais nesse período estão baseadas principalmente na fé cristã, na heteronormatividade e heterossexualidade, ambas compulsórias”.¹¹⁰ O que fez com que o Estado privilegiasse a violência sobre os corpos dos homossexuais, principalmente, das travestis. Uma vez que o corpo travesti encarado como artifício de subversão de uma causa maior – o comunismo – vai contra a lógica do corpo sagrado, do gênero natural, da humanidade assegurada e legítima por Estado e sociedade.

“Ainda no relatório da Comissão Nacional da Verdade, pode-se encontrar documentos do CIE que associam o “movimento gay” ao comunismo e à ideologia da esquerda”.¹¹¹ Segundo o documento, o relatório do Centro de Informações do Exército (CIE) de 1978 “relacionava-se claramente ao “esquema de apoio à atividade de homossexuais”, “esquerdistas” na imprensa e o “alto interesse” que “comunistas” tinham em promover esse “proselitismo”.¹¹² Ainda mais grave, em 1980 há um registro na qual forças do Estado brasileiro afirmaram que organizações comunistas tinham recrutado “homossexuais” e “prostitutas” para integrar os “núcleos de base”,

¹⁰⁸ ZIZEK, Slavoj apud MODENA, Maura Regina (org.). **Conceitos e formas de violência** [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 21.

¹⁰⁹ MAGALHÃES, José Luiz Quadros de apud BRITO, op. cit., p. 25.

¹¹⁰ Ibidem, p. 17.

¹¹¹ Ibidem, p. 18.

¹¹² CNV, op. cit., p. 303.

onde várias “entidades de homossexuais” estariam atuando nesses movimentos subversivos e clandestinos dentro do país.¹¹³

Sobre a relação entre homossexualidade e subversão, a Comissão Nacional da Verdade afirmou:

[...] essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica [...] Acentuouse, portanto, assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos “bons costumes”. Essa visão legitimava a violência direta contra as pessoas LGBT, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores.¹¹⁴

A partir da segunda metade da década de 1970, a polícia civil paulista realizou um estudo de criminologia acerca da prostituição na cidade, levando em consideração homens (michês/garotos de programa) e travestis. O delegado Guido Fonseca prontamente constatou que havia plena atividade e expansão de boates e saunas voltadas ao público homossexual, o que caracteriza preocupação do Estado para com os espaços de sociabilidade e visibilidade ocupados por pessoas LGBTs.¹¹⁵

Com o aniquilamento efetivo da guerrilha no início da década de 1970, os órgãos responsáveis por reprimir a oposição política organizada frente à ditadura se voltaram às questões da criminalidade urbana. As travestis se tornaram os principais alvos da polícia, pois atentavam não somente a moral da sociedade, mas ocupavam espaços, supostamente, considerados por excelência da criminalidade – como a prostituição, o envolvimento com tóxicos, etc. “Desde 1976, a polícia civil do Estado de São Paulo dedicava-se a estudar e combater as travestis”:¹¹⁶

A Portaria 390/76, da Delegacia Seccional Centro, autorizava a prisão de todas as travestis da região central da cidade para averiguações. Segundo essa mesma portaria, o cadastro policial das travestis “deverá ser ilustrado com fotos dos pervertidos, para que os juízes possam avaliar seu grau de periculosidade”, dando às imagens importância fundamental no inquérito policial [...] Guido Fonseca, delegado de polícia e autor das pesquisas, descreve o crescimento da prostituição de travestis no Brasil e no mundo e trata o tema como perversão.¹¹⁷

E continua:

A imagem também fazia parte dos estudos de criminologia e do inquérito das travestis: “Sempre que possível, as sindicâncias serão ilustradas com fotografias desses pervertidos em trajes femininos que estiverem usando na ocasião, para que os MM. Juízes possam avaliar sua nocividade”. O texto da Portaria 390/76 institui uma ligação entre a imagem feminina e a nocividade ao atrelar o tipo de vestimenta à

¹¹³ Idem, p. 303.

¹¹⁴ Ibidem, p. 291.

¹¹⁵ OCANHA, Rafael. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 149.

¹¹⁶ Ibidem, p. 151.

¹¹⁷ Idem, ibidem, p. 151-152.

criminalidade. Desta forma, entende-se que o indivíduo processado por vadiagem com uma foto em roupas femininas seria mais facilmente condenado do que outro em trajes masculinos.¹¹⁸

O ato de evidenciar a “estética” travesti para o Estado brasileiro é fundamental, pois, nas composições imagéticas que as forças militares protagonizaram dos inimigos da ditadura dentro dos seus domínios, arquitetaram-se verdadeiros jogos de cena, propícios para o jugo da legitimação da violência oriundas do Estado de exceção. Não restam dúvidas sobre o histórico dos militares que, durante o processo da ditadura, se utilizaram do recurso fotográfico para compor falsidades. Há dois famosos exemplos disso: em junho de 1971 o estudante universitário Stuart Edgar Angel Jones foi preso, torturado, morto e, compulsoriamente, desaparecido forçosamente, mesmo assim, espalharam-se diversos cartazes de “procurado” com sua foto e nome;¹¹⁹ também há o caso do jornalista Vladimir Herzog que em outubro de 1975, “suicidou-se” – de joelhos –, segundo a foto tirada pelos seus torturadores.¹²⁰ A fotografia, por excelência, serve à mentira.¹²¹

Rafael Ocanha entende que nesse período as homossexualidades, de um modo geral, começaram a adentrar na visibilidade social com mais força após o movimento do desbunde gay dos anos 1970, o âmbito público começa a ser perpetrado, também, pelas travestis.¹²² A representação criminológica e patológica que a mídia fez sobre os corpos e as práticas travestis contribuíram para que nem mesmo a abertura política fosse suficiente para que os indivíduos travestis pudessem viver em paz. “Os diversos segmentos LGBTs sofreram rondas específicas por parte da polícia civil e militar, não se limitando aos que se encontravam em situação de prostituição” o fato é que a prostituição das travestis foi apenas um pretexto para o combate às homossexualidades no âmbito público por parte do Estado de São Paulo.¹²³

Entre as mais conhecidas dessas rondas policiais, destaca-se a Operação Cidade. Protagonizada em maio de 1980, dois dias após a posse do delegado José Wilson Richetti, no dia 22 de maio, à frente da Delegacia Seccional Centro, “órgão responsável por todas as delegacias da área central de São Paulo”.¹²⁴ Segundo a Folha de S. Paulo, a operação que durou apenas um dia prendeu 172 pessoas, segundo o próprio delegado Richetti: “homossexuais, prostitutas, travestis e um indivíduo com posse ilegal de arma”.¹²⁵ Os rondões, como ficou

¹¹⁸ Ibidem, p. 157.

¹¹⁹ CNV, op. cit., p. 598-604.

¹²⁰ Ibidem, p. 1794-1797.

¹²¹ SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹²² OCANHA, op. cit., p. 154.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Ibidem, p. 161.

¹²⁵ FOLHA DE S. PAULO apud OCANHA, ibidem, p. 161.

conhecido as regulares ações de “higienização e limpeza” da cidade de São Paulo, foram apoiados por grupos policiais, deputados, moradores locais – através de cartas e abaixo-assinados –, radialistas, sindicatos, pelo próprio governador à época Paulo Maluf, e pela imprensa popular, como o Estado de S. Paulo.¹²⁶

Exemplo forte disso se dá em julho de 1980, quando o deputado Ricardo Izar (PDS) toma a palavra na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) e saúda o trabalho da polícia que, no seu entendimento, presta um serviço “moralizador” nas ruas de São Paulo ao segregarem através dos rondões, logo, da violência e do autoritarismo policial, a livre circulação de homossexuais e travestis – principalmente as travestis, situadas no estigma da prostituição como vadiagem –, pois, essas existências eram encaradas como “imoralidades que deveriam ser combatidas pela polícia”.¹²⁷ Sobre esse período turbulento para os homossexuais e travestis da cidade de São Paulo, Ocanha concluiu:

Dentro das restritas possibilidades ocorreram diversas formas de resistência às prisões arbitrárias. O Poder Legislativo e os movimentos sociais tiveram em junho de 1980 uma articulação de resistência que falhou frente à força da polícia perante a sociedade.¹²⁸

2.4 O ativismo “guei” serve aos seus e para com os seus: a ordem é fazer barulho e incomodar

Em fevereiro de 1980, o Lâmpião da Esquina aborda a questão da prisão cautelar que estava sendo adotada pelo Estado brasileiro para conter os “absurdos índices de criminalidade” – entre aspas pois a polícia não divulgou números que comprovassem seu discurso – nos grandes centros urbanos, tal qual a cidade de São Paulo. Para o jornal é evidente a quem se dirigirá o tratamento da repressão policial:

A prisão por “suspeita” atinge diretamente aos homossexuais e outras minorias, como os negros, por exemplo. Por avaliação subjetiva, poderá ser preso não apenas qualquer viado, como qualquer negro, qualquer pobre ou qualquer indivíduo que não consiga provar vínculo empregatício. Ué, mas isso já não acontece? Acontece – mas é ilegal. E se for legalizado, perderemos então qualquer possibilidade de luta. Num país com alta taxa de desemprego e onde mais da metade da população ganha menos que o salário-mínimo (portanto, não pode ter carteira de trabalho assinada) chega a ser uma ofensa à população a prisão de alguém por falta de documentos ou por “vadiagem”. É a roda-viva da repressão e do sado-masoquismo político. Deixa então de ser um assunto apenas das minorias e passa a ser também o da grande maioria dos brasileiros.¹²⁹

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 161-169.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 168.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 172.

¹²⁹ LÂMPIÃO DA ESQUINA, edição n. 21 de fevereiro de 1980. p. 8.

O jornal afirma que a prática da prisão cautelar serve aos interesses dos “grupos mais retrógrados da nossa sociedade”.¹³⁰ E também atacam os partidos político:

(PBD, PMDB, PPB, PTB e PT), por serem formados pelos eleitos e não pelos eleitores, estão mais preocupados em brigar entre si do que em proteger os interesses do povo, do qual só se lembram nas vésperas das eleições. Tudo leva a crer que mais esta luta se fará sem eles – e até contra eles se preciso for.¹³¹

João Carlos Rodrigues encerra seu texto dizendo que não é hora de divisões ou “briguinhas egoístas”, pois essa “lei obscura” afeta a vida de todas as maiorias: homossexuais, negros, mulheres – as ditas enquanto minorias políticas.¹³² Não é preciso que o jornal use especificamente a expressão “travesti” nesse contexto, pois, bem sabemos, que a expressão “homossexuais” nesse período específico abrange todos os sujeitos não hetero-cis-centrados na lógica social – isto é, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Segundo Aguinaldo Silva, o promotor Hélio Bicudo diz que na cidade de São Paulo o “número de assaltos no dia de hoje não é superior aos índices da década de 60”, e que o Sistema – entendo isso enquanto o Estado – está instigando propaganda da violência “para chegar a alguns resultados, como a pena de morte, a prisão cautelar e a volta do Esquadrão da Morte”. Está-se criando uma atmosfera que acabará dando à polícia carta branca para matar”, diz Bicudo”.¹³³ Aguinaldo Silva conclui:

Quem será morto nessa história toda? “O governo vai combater o subemprego matando os subempregados”, disse em São Paulo um líder do Movimento Negro Unificado. Não apenas os subempregados, diríamos nós, mas todos aqueles que, por algum tipo de estigma – que pode ser também a raça, o credo, a preferência sexual – já são habitualmente colocados sob suspeita e, mesmo sem que ela exista, costumam lotar os porões das delegacias policiais, vítimas de sempre de (apenas ainda não legalizada) prisão cautelar.¹³⁴

Ainda no início da década de 1980, o *Lampião*, em sua edição extra de número 3, traz na capa a seguinte manchete: “Travestis dão um depoimento vivo sobre o sufoco paulista”. Darcy Penteadó, João Silvério Trevisan, e outros jornalistas do periódico protagonizam uma entrevista com duas travestis, respectivamente, Flávia, 22 anos, e Tatiana, 28 anos, e uma advogada criminal Alice Soares, a qual, à época, orientava o Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Após as travestis serem abordadas pelos jornalistas no ponto de prostituição na rua Rego Freitas, São Paulo, as mesmas começam a dar relatos íntimos sobre suas vidas antes da prostituição e da construção de seus corpos, da violência policial, psiquiátrica, etc.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Idem

¹³² Idem.

¹³³ Idem

¹³⁴ Idem.

Flávia afirma que chegou do interior de São Paulo para a capital em 1973. Sua família não lhe aceitava e por conta disso acabaram por expulsá-la de casa. Sua mãe a levou para um hospital psiquiátrico, Américo Barreto, no intuito de recuperá-la de sua alienação – já que a travestilidade/transexualidade nessa época era encarada enquanto uma doença mental. “Pra ver se eu tirava isso da minha cabeça, se eu virava, homem. Eles me davam drogas, choque, medicação, e aí eu fiquei pirada”,¹³⁵ conta a travesti. Sobre as torturas com os choques, Flávia afirma que o intuito do eletrochoque era para que a vontade de ser travesti acabasse. Nessas sessões, os médicos colocavam uma mulher cisgênera nua em sua frente, e ela dizia não sentir nada: “aí eles me davam mais eletrochoque na cabeça”.¹³⁶

Durante toda a entrevista é notável que os pronomes, adjetivos e os artigos que definem as travestis são os masculinos, sempre colocadas como “os” travestis, “dos” travestis, “eles”, “deles”, quando se referem à Tatiana e Flávia. Ambas com nomes e estéticas, entre feições e vestimentas, lidas socialmente enquanto femininas. Mas isso não é suficiente para imputar respeito pela existência legítima alheia. Esse tipo de prática, de representação dos corpos das travestis no campo do masculino, não é exclusivo dessa edição do periódico em questão. Ao longo de toda a existência do jornal *Lampião da Esquina*, comumente, seus textos se dirigem às travestis enquanto “os”. Há uma falta de crítica dos jornalistas – homens gays – para com as definições que a sociedade impôs sobre as travestis, o estigma da imitação e da não legitimidade do gênero, corpo e humanidade travesti não é apenas do *Lampião*, mas da sociedade do período como um todo.

Em “Notas à 4ª edição” do livro “Devassos no paraíso”, Trevisan ressalta alguns pontos que julga importante para o leitor acerca do seu texto e das maneiras como o deixou originalmente. Um deles me chamou bastante atenção. Ele diz:

Preferi manter o gênero masculino, das edições anteriores, para me referir a travestis, que passaram a exigir o uso do feminino. Fazer essa mudança descaracterizaria o período em que o livro foi originalmente escrito, e distorceria não só um enfoque histórico importante para perceber as evoluções da questão da transgeneridade, mas também a ambiguidade de gênero característica da travestilidade.¹³⁷

Cabe a nós, enquanto acadêmicos do presente, esclarecer em trabalhos dessa ordem que as maneiras como nos referimos as pessoas do passado e como as pessoas do passado se referiam às próprias, é, por vezes, problemática, violenta, desumana. Evidente que se precisa mostrar o conceito e os significados que a sociedade usava para dirigir-se as travestis nesse

¹³⁵ LAMPIÃO DA ESQUINA, edição extra, n. 3 de 1980 (mês não especificado). p. 7.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ TREVISAN, op. cit., p. 14.

tempo específico, porém, não me parece justo perpetrar esse conceito sem criticá-lo em sua origem, em seus porquês.

Segundo Brito, a deslegitimação de gênero e humanidade das travestis e transexuais se dá pelo fato de que à época as existências trans eram percebidas enquanto orientação sexual – isto é, gays afeminados, bichas espalhafatosas. E as confusões sobre o ser travesti e o ser transexual são impulsionadas pela falta de uma categoria própria, onde as especificidades, em uma linha muito tênue, de uma e outra se tornavam mínimas.¹³⁸ Silva e Brito nos esclarecem um ponto primordial para entendermos a confusão de gênero durante esse período e nas fontes da mídia impressa:

Ainda que o Lampião da Esquina tenha sido uma voz em defesa das identidades sexuais e de gênero perseguidas e consideradas desviantes, em alguns momentos o periódico reforça estereótipos e preconceitos a respeito das travestis e transexuais. É importante sublinhar que, no período ditatorial, as fronteiras entre o conceito de travesti e transexual não eram claras. Essas identidades de gênero se confundiam nos discursos dos documentos do regime militar e em outros registros, tanto no entendimento das próprias travestis e transexuais, quanto no das pessoas que se referiam a elas.¹³⁹

A travesti Flávia e a advogada Alice Soares denunciam o descaso que a polícia trata as travestis. Nos discursos fica evidenciado que as prisões das travestis são arbitrárias e aleatórias, acontecem de dia ou de noite, sem ao menos estarem se prostituindo – como muitos policiais faziam alegando a condição da prostituição como infração à Lei da Vadiagem.¹⁴⁰ Alice Soares diz que a polícia tem certa “implicância” para com as travestis, e Flávia reitera que mesmo com a carteira de trabalho assinada, a polícia passa e prende, deixa no cárcere alguns dias.¹⁴¹

Quando a travesti é detida pela primeira vez, instaura-se uma sindicância. Nesse momento, obrigam a travesti a assinar um documento em que se compromete a arranjar um emprego formal no prazo de 30 dias, isto é, de carteira assinada. Ao fim desse prazo, se a travesti for presa outra vez, automaticamente, passa a ser enquadrada no artigo 59 da Lei das Contravenções Penais: a vadiagem. Configurando-se o flagrante, leva-se para a Casa de Detenção e ali deixam as travestis até o julgamento, que pode demorar cerca de um mês para acontecer.¹⁴²

Um dos jornalistas, nomeado de Jorge, pergunta: “Há uma diferença entre prostitutas e travestis? Quer dizer, há mais perseguição no caso, pelo fato de ser travesti?”. Flávia responde incisiva: “Lógico! É pior com o travesti. Eles vêm e pegam a gente, porque o travesti é

¹³⁸ BRITO, op. cit., p. 97.

¹³⁹ SILVA & BRITO, op. cit., p. 217.

¹⁴⁰ BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.688, 3 de outubro de 1941. Lei da Vadiagem*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De13688.htm>. Acesso em: 05. Out. 2018.

¹⁴¹ LAMPIÃO, op. cit., p. 7.

¹⁴² Ibidem, p. 8.

marginalizado. É um marginal”, Tatiana acrescenta: “O certo é que a gente corre, enquanto a mulher não precisa correr...”.¹⁴³ Darcy Penteadado questiona se as travestis dentro das instituições policiais sofrem agressões sexuais, dos presos ou da própria polícia. Flávia diz: “Às vezes o policial exige que a gente faça sexo para soltar a gente”.¹⁴⁴ No depoimento das travestis também se sobressai o discurso da imputação de culpa sobre as próprias vítimas. Alegando-se que aquelas do “babado” – no contexto dessa fala, as “barraqueiras” – são as que sofrem mais, pois revidam com violência a abordagem das forças do Estado.

Ainda sob a perspectiva do periódico enquanto porta-voz de queixas dos descasos e violências do Estado e da sociedade durante esse período, o *Lampião* na edição de n. 24 de maio de 1980, “aborda a participação dos jornais da grande imprensa brasileira na perseguição às travestis”.¹⁴⁵ O Estado de São Paulo nos dias 28 e 29 de março daquele mesmo ano “alertou” a população para os “perigos, desordem e o caos que as travestis representavam para a sociedade”.¹⁴⁶ A matéria intitulada: “Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matem e comam as travestis”, “estimulou uma série de ações policiais violentas com o objetivo de retirá-las de circulação”.¹⁴⁷

Nas palavras de Darcy Penteadado:

[...] Aparentemente úteis e até didáticas às pessoas alheias ao assunto, as reportagens porém revoltaram os mais esclarecidos porque o sisudo jornal, que sempre evitou referências ao homossexualismo em suas páginas, fazia-o então, mas de forma incitadora de violência, sensacionalista, como qualquer dos seus colegas da imprensa marrom.¹⁴⁸

Novamente a pauta da vadiagem entra em plano. Em um esforço para “higienizar” a cidade de São Paulo da presença física das travestis – em condição de prostituição ou não; os braços de repressão do Estado uniram forças da Polícia Militar com a Seccional Sul da Polícia, planejando a comunhão da polícia civil e militar:

Num amplexo de mútua e construtiva compreensão [...] a fim de combater a criminalidade, utilizando todo o dispositivo possível de homens e viaturas para deter os travestis nas ruas, enquadrando-os no crime de vadiagem.¹⁴⁹

O plano policial em questão era enviar as travestis para áreas afastadas e específicas, como a “Boca do lixo”, com o propósito de proteger “as famílias dos assaltos e chantagens,

¹⁴³ *Ibidem*, p. 9.

¹⁴⁴ *Idem*.

¹⁴⁵ SILVA & BRITO, op. cit., p. 231.

¹⁴⁶ *Idem*.

¹⁴⁷ *Idem*.

¹⁴⁸ LAMPIÃO, op. cit., p. 2.

¹⁴⁹ *Idem*.

além de evitar aquela visão desagradável dos invertidos oferecendo o corpo pelas ruas decentes da cidade”.¹⁵⁰ Segundo Ocanha:

As duas grandes novidades do plano eram as implantações de uma zona de confinamento de travestis nas áreas da Boca do Lixo e da Boca do Luxo e de um presídio destinado somente a travestis, o do Hipódromo, que estava desativado desde uma rebelião. Para confinar as travestis neste gueto, a primeira etapa era prender todas as travestis da cidade e aconselhá-las a frequentar somente as bocas. Sinais que o clima de maior liberdade vindo da Anistia estava terminando.¹⁵¹

Nesse sentido, a Lei da Vadiagem se tornou pretexto para segregar, isolar e excluir as travestis da sociedade. Torná-las, definitivamente, à margem não só dos processos políticos e sociais, mas do próprio convívio social.

“Segundo a perspectiva durkheimiana, viver em sociedade significa existir sob a dominação da lógica da sociedade”,¹⁵² ou seja, ninguém vive em sociedade à parte da mesma, até aqueles que vivem – ou subsistem – à margem da sociedade ocupam espaço de marginalização em que a sociedade criou para os mesmos. O gueto das travestis, local onde há somente espaço para a subsistência provinda da violência da prostituição, do abuso, do descaso e do preconceito social-estatal, também é um local pertencente à sociedade, criado para atender propósitos específicos. Seja de melhor propiciar o descaso da prostituição, das mais diversas e distintas formas de violência física, psicológica, simbólica; ou, seja espaço de exclusão, banimento, exílio.

Darcy Penteado escracha o projeto policial para as travestis:

Esse plano de repressão, como se vê, configura-se de muita gravidade porque, além de contrariar a nossa constituição, violenta o direito humano de não segregação. É tanto mais grave ainda porque, se for aprovado (e neste país tudo pode acontecer!...) abrirá precedente a que se criem prisões especializadas para tudo e todos que por qualquer razão possam ser incômodos à ideologia do sistema. Assim, além dos homossexuais, as feministas, os negros, os índios, etc, e tantos quantos reivindicarem direitos, poderão ser enquadrados e... com o requinte de delegacias e prisões especializadas.¹⁵³

E sobre o Estado de S. Paulo, ele escreve:

[...] voltemos ao “Estadão”. Além de não proporem qualquer solução além da repressão policial aos travestis (perdão, aos homossexuais), as reportagens incitam sutilmente a uma “revanche” pelas violências praticadas pelos travestis-prostitutos. (E os heteros, marginais ou não, também não as praticam?) É preciso ter em mente antes de fazer uma coisa dessas, que numa civilização neurotizada como a nossa, os justiceiros voluntários estão sempre prontos a entrar em ação, à espera de um sinal apenas, em nome de um ideal qualquer, ou simplesmente à procura do prazer de uma aventura sádica, principalmente quando acobertados e garantidos pelo sistema. Quantos homossexuais ou prostitutas já não foram assassinados assim?.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ OCANHA, op. cit., p. 161.

¹⁵² BERGER, Peter. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 50.

¹⁵³ LAMPIÃO, op. cit., p. 2.

¹⁵⁴ Idem.

Aquilo que Darcy Penteadó chama de “justiceiros voluntários” pode ser interpretado aquilo que o historiador alemão Daniel Goldhagen chamou de “carrascos voluntários”. Dentro de sua análise sobre a sociedade alemã inserida no contexto político e violento da ditadura nazista, Goldhagen aponta culpa à toda sociedade do período pelas atrocidades desumanas do Holocausto. Não somente o Estado em composição militar, mas o Estado em composição civil são equivalentemente culpados pelo horror nazista.¹⁵⁵

Assim, me ponho a refletir, não teria toda sociedade brasileira culpa pelas centenas de mortes de travestis e homossexuais nas ruas das metrópoles desse país durante o turbilhão da ditadura e dos rastros que a mesma deixou pós declínio e fim em 1985? Pois, a violência física da perseguição, isolamento e/ou assassinato, se desenvolve a partir de violências simbólicas materializadas em discursos e representações. A violência dividida em suas etapas da desumanização. Primeiro os discursos, depois os expurgos. Lá, na Alemanha, o antissemitismo, enquanto agente que adoeceu e necrosou à sociedade. Aqui, a moral e os bons costumes, que se impôs sobre corpos não legítimos, imorais, depravados. Os homossexuais e as travestis/transsexuais, portanto, enquadrados enquanto “inimigos objetivos” do Estado e da sociedade.¹⁵⁶ “Nas fontes da imprensa os inimigos objetivos não foram tratados como suspeitos, mas como se estivessem contaminados por uma tendência criminosa, da mesma forma que um portador de uma doença”.¹⁵⁷

Sobre essa edição do jornal, Silva e Brito concluem:

Aqui cartografa-se a influência e o poder da mídia e dos grandes jornais na construção de imaginários de medo, intolerância e na marginalização das travestis. Se hoje este poder continua forte, na época da ditadura era quase onipotente. Daí a coragem de veículos da imprensa alternativa como *Lampião da Esquina*, que questionava abusos e tornava visível uma população que estava à margem do conceito de cidadania e que desejava ser respeitada e incluída ao invés de ser perseguida e criminalizada.¹⁵⁸

Para Rafael Ocanha, o Estado de São Paulo:

Além de fazer parte de uma campanha contra as travestis que culminou em um plano de combate organizado pelas Polícias Civil e Militar. A fala do crime neste caso gerou a reprodução de medos e preconceitos e a criação de novas fórmulas para manter grupos sociais separados.¹⁵⁹

Em março de 1980, o Estadão “tratou” sobre a prostituição das travestis, de suas existências, práticas e impactos sociais:

¹⁵⁵ GOLDHAGEN, Daniel Jonah. **Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁵⁶ ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 474.

¹⁵⁷ ARENDT, Hannah apud OCANHA, Rafael. “Amor, Feijão, abaixo Camburão” – Imprensa, Violência e Trottoir em São Paulo (1979-1982). In: **XVIII Encontro Regional (ANPUH – MG)**. Mariana, 2012. p. 8

¹⁵⁸ SILVA & BRITO, op. cit., p. 232.

¹⁵⁹ OCANHA, op. cit., p. 6.

Eles se vestem de mulher, tomam conta de vários pontos espalhados pela cidade, são violentos e chegam a matar. No começo seu estranho comportamento não chegou a causar muitos problemas. Hoje as notícias sobre assaltos, brigas, escândalos e assassinatos já deixam a cidade com medo. Há poucos dias um antiquário foi jogado de baixo de um carro na República do Líbano e morreu na frente da mulher e dos filhos. O que a cidade, a Polícia e a Justiça têm a dizer sobre os Travestis?.¹⁶⁰

Outras reportagens também incitam a violência do Estado e da sociedade contra às travestis, inclusive, uma delas, utiliza o discurso médico-legal da psiquiatria para taxar as travestis enquanto seres doentes, irreversíveis, comparados aos psicopatas, onde somente a violência policial seria a “solução” para as mesmas.¹⁶¹

Na capa da edição de n. 32 de janeiro de 1981, o *Lampião* traz a manchete: “Brasil, campeão mundial de travestis”, estampando um grupo de travestis em vestes e posição de futebolistas antes da partida. Embaixo diz: “Cinco páginas sobre as bichas biônicas...”. A interpretação cabível a expressão “bichas biônicas” dá o caráter de homossexuais artificiais, composto por fragmentos de inverdades, ou seja, a construção de um indivíduo mecanizado, falso.

Francisco Bittencourt, de forma bastante problemática, pejorativa e estigmatizante, trata a questão da travestilidade como um fetiche por parte dos homens gays. Ao dizer que: “Acredito que todo homossexual, num momento ou outro de sua vida, sente a tentação de se travestir”,¹⁶² de forma consciente ou inconsciente, o jornal assume que a travestilidade – o termo usado na época era travestismo – não passa de uma paródia grotesca de um gênero legítimo: o feminino. “Confesso que nunca consegui deixar de sentir uma ponta de inveja de todos os meus amigos de mocidade que, num momento ou outro de suas existências, se travestiram”.¹⁶³ E continua:

O que leva o homossexual a vestir-se de mulher? Ser mulher, todos sabemos, é muito mais complicado do que ser homem. O homem é simples mortal, se veste como pode e lhe dá na telha, nem a barba precisa fazer, se não quer. A mulher transporta consigo toda uma parafernália cosmética quase inacreditável. Assim, a opção do travesti é uma opção de sacrifício e quase sempre de muita atribulação. Isso sem falar na dor e no sofrimento dos que tomam hormônios, implantam seios, fazem eletrólise, cortam o pomo de Adão, aumentam ou rebaixam a testa, injetam silicone nas maçãs do rosto, nos lábios e nos quadris. São as verdadeiras oitavas maravilhas do mundo, ainda em primeira geração, as bichas biônicas ou experimentais, de quem não se sabe o que advirá.¹⁶⁴

Já na escrita de Aguinaldo Silva, uma travesti é entrevistada após sofrer um atentado na rua por parte da polícia militar. A mesma que é descrita enquanto “negra” é tanto tratada no masculino quanto no feminino. “Watusi, você gosta de ser homossexual?” pergunta o jornalista,

¹⁶⁰ ESTADO DE S. PAULO, 25 de março de 1980. p. 35.

¹⁶¹ Ibidem, 28 de março de 1980. p. 36; ibidem, 29 de março de 1980. p. 42.

¹⁶² LAMPIÃO DA ESQUINA, edição n. 32 de janeiro de 1981. p. 3.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Idem.

“Claro! Eu sou maravilhosa”.¹⁶⁵ Novamente, a confusão de gênero é evidente e se acirra ao passo que Aguinaldo Silva questiona se ela quer ser uma mulher, e a mesma diz que está a juntar dinheiro para ir à França: “vou mandar cortar”¹⁶⁶ – essa expressão indica que a mulher, gênero feminino legítimo na perspectiva do corpo travesti, é a operada; segundo essa visão, nesse contexto, com essa travesti em específico.

Nessa mesma edição, o jornal volta a abordar a violência policial com mais ênfase contra às travestis, dessa vez trazendo um depoimento da travesti identificada como Sandra, 22 anos, sobre sua experiência no cárcere do Rio de Janeiro:

Na delegacia eles escrotizam com a gente, batem, xingam, fazem dormir no chão puro... Minha comida parecia uma lavagem de porcos e ainda fui obrigada a comer com a mão. Me mandaram limpar a delegacia todinha e depois me botaram numa cela com mais de 20 marginais, me obrigaram a dar pra todo mundo, homens que nem tomavam banho. Caso eu não fizesse o que eles queriam acabava me dando porrada. Hoje em dia não adianta a gente se cortar com gilite, para poder fugir, que eles processam a gente com um 129, tentativa de homicídio contra a própria vida.¹⁶⁷

Na fala de Sandra é perceptível as violações do Artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 – da qual o Brasil é signatário desde a sua formulação; onde lê-se: “Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.¹⁶⁸ Mas para a ditadura militar, os inimigos do Estado – como os guerrilheiros – e da sociedade – como as travestis – não são considerados seres humanos. Uns por questões políticas, outros por questões que competem à moral e os bons costumes cristãos que regem a sociedade brasileira.

Dentro dessa questão do que é ser homem e do que é ser mulher, há uma matéria publicada na edição n. 35 de abril de 1981, na qual o Lâmpião discute a transexualidade – comumente à época chamado de transexualismo – “por meio de entrevistas com travestis que se prostituíam nas ruas do Rio de Janeiro perguntando a elas se fariam a operação de redesignação sexual”¹⁶⁹ – operação, à época, conhecida popularmente como mudança de sexo. Uma das travestis se posiciona veementemente contra a cirurgia. Marlene Casanova, diz:

Eu acho que é uma loucura. Não concordo com o transexualismo. Antes de qualquer coisa, é um problema de cabeça. Na minha opinião é uma aberração. Eu nunca faria isto na minha vida. Nem que chegasse um bonito industrial, ao mesmo tempo

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 6.

¹⁶⁸ FRANÇA. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos (217 [III] A), 10 de dezembro de 1948. Paris. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 12. Out. 2018.

¹⁶⁹ SILVA & BRITO, op. cit., p. 222.

milionário, e quisesse pagar tudo para que eu fizesse esta operação; minha resposta seria não.¹⁷⁰

Silva e Brito afirmam que os depoimentos contundentes das travestis contrárias à transexualidade e à cirurgia de redesignação sexual “manifestam o imaginário hegemônico de que a cirurgia de redesignação está ligada à loucura e à depressão”.¹⁷¹ Porém, também é entendido, que o corpo da travesti se constitui nesse caminho físico entre ser homem e ser mulher, mutuamente na presença dos seios e do falo, do ânus e dos testículos – e que é exatamente esse corpo híbrido que faz com que os homens heterossexuais e/ou casados fetichizem o corpo travesti.¹⁷² Amputar parte essencial desse corpo, como o pênis e os testículos, configura a perda dessa identidade que traz o “atrativo diferencial da travesti”.¹⁷³ Em outras palavras: migrar completamente para o outro gênero, é, também, se colocar no campo da perda de clientes e, conseqüentemente, da falta do sustento.¹⁷⁴

“Analisar a travestilidade e a transexualidade no Lampião da Esquina em última instancia é tentar compreender um imaginário de resistência” e, fundamentalmente, coragem.¹⁷⁵

A população LGBT está sujeita a mimetizar preconceitos impostos a ela como qualquer outro grupo social marginalizado. Mas a existência desse jornal é uma referência decisiva, durante a ditadura, na desnaturalização da distinção binária de gêneros do senso comum ao científico e contribuiu para dismantelar que “o sexo é o corte”, as relações de poder, hierarquias e assimetrias entre os “normais” e as travestis.¹⁷⁶

Dado a tudo que foi exposto até aqui, fica clara a preocupação que o corpo editorial do jornal – mesmo que de forma problemática e por muitas vezes reprodutora de alegorias preconceituosas – possuiu a favor da visibilidade e ascensão às minorias políticas e sociais em meio ao seu conturbado período de circulação. Conclui-se, também, que “a repressão aos LGBTs durante a abertura da ditadura civil-militar era explícita e tinha o apoio de diversos setores da sociedade paulistana, como sindicatos de comerciantes, moradores, deputados e parte das forças policiais”.¹⁷⁷ Situação de violência que se recrudesciu ainda mais após o aparecimento da AIDS no Brasil.

¹⁷⁰ LAMPIÃO DA ESQUINA, edição n. 35 de abril de 1981. p. 5.

¹⁷¹ SILVA & BRITO, op. cit., p. 223.

¹⁷² PELÚCIO, Larissa. **No salto:** trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem. In: BONETTI, Aline; FLEICHER, Soraya (org). Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Ed. Mulheres; EDUNESC, 2007. p. 118-123.

¹⁷³ Ibidem, p. 224.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ SILVA & BRITO, op. cit., p. 236.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 237.

¹⁷⁷ OCANHA, op. cit., p. 172.

CAPÍTULO III: As travestis no campo audiovisual: A reportagem investigativa de Goulart de Andrade e o documentário alternativo de Rita Moreira: perseguição e AIDS no final dos anos 1980

3.1 Audiovisual: artifício de narração histórica

“[...] com o tempo o historiador tomou consciência que o documento é um monumento, dotado de seu próprio sentido [...]”.¹⁷⁸ Com isso, a documentação precisa ser analisada, criticada, e repensada, pois, atende a propósitos de seu próprio tempo, lugar, e intencionalidade de quem o produziu. Le Goff nos alertou: “tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de poder”.¹⁷⁹ Impregnado, assim como o documento escrito, de subjetividade humana e de caráter ideológico, político, partidário – não no sentido do jogo de poder político, mas, no sentido de tomar partido, transparecer opiniões e defendê-las.¹⁸⁰

Portanto, concebo as fontes audiovisuais como “vestígios da cultura material”, afinal, são produções de natureza humana que permanecem mesmo depois que as pessoas produtoras desse rastro desaparecem:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.¹⁸¹

As fontes audiovisuais tratadas nesse trabalho, como a reportagem investigativa, produzido para a televisão (*Vida de Travesti*, Band, 1987), e, o documentário, feito de maneira independente e com forte cunho alternativo-contracultural (*Hunting Season*, 1988), não são, de forma alguma, objetivas, como se o registro mecânico da realidade através das câmeras desses objetos de análise específicos fossem imagens incontestáveis do passado.¹⁸² Há, logicamente, uma veracidade por trás desses objetos, mas a sua estrutura narrativa, as falas contidas, os cortes e as edições que desembocaram na reprodução final dessas obras, são, indiscutivelmente, a visão de quem os produziu. Segundo Roger Chartier:

A imagem é, para o historiador, ao mesmo tempo, transmissora de mensagens enunciadas claramente, que visam seduzir e convencer, e tradutora, a despeito de si

¹⁷⁸ DUMOLIN, Olivier. Documento. In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 244.

¹⁷⁹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p. 252.

¹⁸⁰ NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 239.

¹⁸¹ LE GOFF, op. cit., p. 525.

¹⁸² NAPOLITANO, op. cit., p. 236.

mesma, de convenções partilhadas que permitem que ela seja compreendida, recebida, decifrável.¹⁸³

Não há uma transparência lógica – sem interpretação e problematização – e exata do passado, nem no documento escrito, sequer no documento audiovisual. A transparência do “conteúdo” inexistente, pois, as significações do documento só podem ser dadas através de um corpo condutor da crítica, expositor de questões.¹⁸⁴

Sobre a moderna prática historiográfica, Marcos Napolitano diz:

[...] nenhum documento fala por si mesmo, ainda que as fontes primárias continuem sendo a alma do ofício de historiador. Assim, as fontes audiovisuais e musicais são, como qualquer outro tipo de documento histórico, portadores de uma tensão entre evidência e representação. Em outras palavras, sem deixar de ser representação construída socialmente por um ator, por um grupo social ou por uma instituição qualquer, a fonte é uma evidência de um processo ou de um evento ocorrido, cujo estabelecimento do dado bruto é apenas o começo de um processo de interpretação com muitas variáveis.¹⁸⁵

Para Le Goff, o passado pode ser encarnado em monumentos. Isto é, tudo aquilo que pode perpetuar a recordação, evocando o passado.¹⁸⁶ Marcos Napolitano afirma que “a Nova História e seus herdeiros apontam o caráter representacional das fontes, mesmo as tradicionais fontes escritas, que são documentos e monumentos carregados de intencionalidade e parcialidade”.¹⁸⁷ Esses, se opõem veementemente aqueles acadêmicos e intelectuais da tradição metódica e positivista, que acreditavam na “neutralidade e transparência das fontes escritas, desde que “verdadeiras”, estabelecidas sua autoria e datação”.¹⁸⁸

Sabemos que a televisão, seja em novelas, séries, jornais, e afins, guia seus expectadores de cima para baixo. Busca-se por trazer conteúdos que agradem majoritariamente boa parcela da sociedade em vigência, afinal, o canal de televisão, a novela que passa no mesmo, as séries, e as notícias do jornal, só são escolhidas a partir de um interesse mútuo entre o público que dá audiência e a televisão que proporciona tais atividades. Michel De Certeau, analisando essa relação entre o que se passa na televisão e quem se propõe a assistir, questionou: “Resta ainda perguntar o que o consumidor fabrica com estas imagens [de TV] e durante essas horas”.¹⁸⁹ “Para ele, o receptor também produz sentidos, por meio de apropriações simbólicas, filtradas pelo repertório cultural de cada um, pouco perceptíveis pela sociologia tradicional”.¹⁹⁰

¹⁸³ CHARTIER, Roger. História Intelectual. In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 407.

¹⁸⁴ NAPOLITANO, op. cit., p. 239.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 240.

¹⁸⁶ LE GOFF, op. cit., p. 526.

¹⁸⁷ NAPOLITANO, op. cit., p. 240.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ CERTEAU, Michel de apud NAPOLITANO, ibidem, p. 251.

¹⁹⁰ Idem.

A linguagem da televisão também é completamente distinta de outras linguagens, como a do cinema, por exemplo. A televisão necessita por ser extremamente didática e atraente, enquanto o cinema ainda pode-se dar o luxo de deixar questões em aberto e, até mesmo, não explicar nada, apenas confundir. Portanto, a TV, em sua essência, precisa ser objetiva, pois lidam com as massas, muitas vezes com o público não letrado, não intelectualizado. Enquanto outras formas de expor ideias no audiovisual, ainda, podem ser, rebuscadamente subjetivas. Essa visão da *paleo*-televisão persistiu até os anos 1960, carregando em seu cerne as seguintes características:

a) existência de um “pacto” de comunicação com uma instituição que detinha “saber” e “valores” comunicava a um público que desejava partilhá-los; b) uma estrutura de programação que se baseava em gêneros de programas direcionados a públicos e interesses específicos; c) grade de programação que sugeria uma “escolha” por parte do público, movimentando-se no eixo paradigmático de comunicação (opções excludentes).¹⁹¹

Enquanto a *neo*-televisão, pós 1970, foi descrita como:

a) programação conduzida por um processo de interatividade cada vez mais sofisticado (e não por um pacto pedagógico-comunicacional); b) estrutura de programas que tende a diluir a fronteira de gêneros de programas direcionados a públicos específicos, substituindo a escolha (eixo paradigmático) pelo fluxo contínuo de programação (eixo sintagmático); c) um convite à vibração emocional e, principalmente, sensorial e ao convívio virtual com as celebridades, ambientes e personagens de TV, mais do que uma incorporação conceitual das mensagens por ela veiculadas.¹⁹²

Marcos Napolitano reconhece a necessidade de “pensar a televisão como uma nova experiência social do tempo histórico”, já que, “a TV faz coincidir o verdadeiro, o imaginário e o real no ponto indivisível do presente”.¹⁹³ “Portanto, além de “testemunho” de um determinado momento histórico, a televisão interfere na concepção de tempo histórico e nas formas de fixação da memória social sobre os eventos passados e presentes”.¹⁹⁴

O vídeo independente, encarnado aqui na figura do documentário independente, desmembramento do cinema, também possui o seu valor enquanto documento histórico:

A produção ligada aos movimentos sociais urbanos e rurais que procuram registrar suas ações políticas e institucionais, constituindo-se num importante material de memória de lutas sociais e políticas que pode se transformar em documento histórico extremamente fecundo. Atos públicos, passeatas, greves, assembleias, experiências educacionais e culturais, o cotidiano de militantes conhecidos e atores anônimos desses movimentos tem sido objeto constante de registros videográficos, realizados muitas vezes pelos próprios movimentos ou por produtores simpatizantes. Esse tipo de fonte audiovisual oferece ao pesquisador um olhar diferenciado da imprensa televisiva, constituindo uma espécie de discurso audiovisual interno aos movimentos,

¹⁹¹ CASSETO & ODIN apud NAPOLITANO, ibidem, p. 251.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ BERGER, René apud NAPOLITANO, ibidem, p. 252.

¹⁹⁴ Idem.

livre de certos vícios ideológicos liberais, quase sempre hegemônicos do discurso da televisão comercial.¹⁹⁵

Segundo Bill Nichols, o documentário “reivindica uma abordagem do mundo histórico e a capacidade de intervenção nele, moldando a maneira pela qual o vemos. Embora o cinema não possa ser aceito como uma igual da investigação científica”.¹⁹⁶ Nesse caso, o cinema, enquanto obra regularmente tida por sua subjetividade, de caráter ficcional, artístico, feita exclusivamente para entreter, evidentemente, não pode ser analisado dessa forma.

“Assim, o efeito de real é fundamental nesse cinema [o do documentário] visto que reivindica uma abordagem do mundo histórico e intervenção nele: a crença de que o que se vê na tela “existiu”, torna-se campo de disputa essencial”.¹⁹⁷ André Fonseca Feitosa afirma que, apesar dos limites do cinema, entre o clássico da ficção e o moderno do documentário, “o público continua a se relacionar com eles de maneira diferente, valorizando o documentário como um discurso legítimo sobre o real”.¹⁹⁸

Portanto, podemos interpretar:

[...] o documentário como uma extensão humana no ambiente em que se insere. Essa adaptação é realizada no próprio ambiente em acordo com suas características, por isso não poderia ser dissociado o homem do ambiente em que se insere.¹⁹⁹

3.2 “Vida de travesti” por Goulart de Andrade

Na abertura da reportagem audiovisual, produzida em 1987, exibida depois das 22 horas da noite na TV Bandeirantes (TV Band), Goulart de Andrade insere o assunto que será abordado durante aquela edição do famoso programa Comando da Madrugada, popularmente conhecido pelo bordão “Vem Comigo”. Na presente edição, nomeada de “Vida de travesti”, Goulart de Andrade caracteriza o universo travesti enquanto um “mundo marginal”. “Fantasia erótica, psicopática”, afirma o jornalista ao referir-se aos homens das mais diversas classes sociais que buscam pelo prazer sexual com as travestis em condição violenta da prostituição.

“Quem é esta figura envolvida em caracteres femininos e que na sua maioria das vezes executa sempre o papel masculino com seus fregueses? Quem são os homossexuais assumidos, e por quê esta deformação?”. Goulart de Andrade questiona o público que assiste o programa, ao mesmo tempo que reproduz preconceitos e alegorias violentas sobre a condição humana das travestis. A “deformação” pela qual o jornalista se refere, é exatamente sobre as questões

¹⁹⁵ Ibidem, p. 253.

¹⁹⁶ NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2005. p. 69.

¹⁹⁷ FEITOSA, André Fonseca. O documentário enquanto fonte histórica: possibilidades e problemáticas. In: **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal, 2013. p. 8.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 11.

estéticas e cirúrgicas que são tão caras às travestis em condição de prostituição, pois, as mesmas entendem que para sobreviver nesse trabalho informal que exercem na sociedade, precisam ser cada vez mais bonitas, desejáveis, passáveis pelo crivo da performance de mulheridade. “Travestir, profissão da década promovida pela sociedade hipócrita”, alfineta em conclusão à introdução do que está por vir na reportagem.

Válido ressaltar que Goulart de Andrade é um homem “limitado” de sua época. Heterossexual, cisgênero, branco, membro da classe dos jornalistas do país, que, do alto de seus privilégios não se questiona acerca das conceituações empregadas às travestis. Seja por não se importar, seja por outros motivos, não há como saber. Somente as representa sob a ótica desses conceitos catalizadores do que é ser, socialmente, indivíduo marginal, imoral, depravado, etc. O fato é: Andrade trata as travestis enquanto homossexuais, gays, que, propriamente, se travestem, para realizar seus desejos pessoais e de terceiros no âmbito da prostituição. Dando a entender que a travestilidade não é uma condição humana, mas um artifício de prazer, um tipo de fetiche.

Antes de mostrar as travestis comuns, aquelas que não ocupam a vida artística e cultural dos palcos, fazendo performances, e, sim, as prostitutas ocupando suas funções nas ruas escuras de São Paulo, Andrade entrevista Roberta Close, e faz questão de enfatizar que ela é “um homem” – chega até dizer seu nome de batismo. E que sua profissão é a travestilidade – na realidade, à época, aos 24 anos de idade, Roberta Close era uma atriz, manequim e, segundo o próprio Goulart de Andrade, uma das mais belas modelos fotográficas do mundo. Sobre essa maneira de se referir ao indivíduo transgênero e, em especial, à própria Roberta Close, Berenice Bento escreveu:

Em 1984, uma revista exibiu a manchete: “A mulher mais bonita do Brasil é um homem”. Pela primeira vez na história do país, a sociedade começou a se deparar com as confusões de gênero em escala midiática. Roberta Close trouxe para a cena nacional o olhar incrédulo de pessoas que a examinavam e buscavam naquele corpo exuberante sinais de masculinidade. Por muito tempo Roberta Close reivindicou sua identidade de gênero. Afirmava que era uma mulher transexual e precisava mudar seu nome e sexo nos documentos. Sem muita pressa, a justiça lhe respondia: “Não, você nasceu homem e nada se pode fazer contra esse destino biológico”. Por muitos anos, Roberta teve que se submeter ao constrangimento de portar documentos que negavam sua existência social.²⁰⁰

É evidente que dentro da sociedade heterossexual e cisgênera brasileira da década de 1980, a travestilidade e a transexualidade são comumente associadas, ainda confundidas com o ser homossexual, muito por questões de “caráter ideológico” na qual a patologização dos corpos travestis e transexuais em ideias essencialistas de identidades humanas, acaba por aprisionar

²⁰⁰ BENTO, op. cit., p. 11-12.

essas pessoas, lhes privarem de direitos políticos, sociais, referentes à própria cidadania, ao acesso a locais de trabalho, educação e saúde formais.²⁰¹

Roberta Close durante a entrevista conta sobre sua infância e afirma que quando os pais saíam, ela ia para o quarto da mãe e usava as maquiagens, roupas e sapatos da mesma e, ali, de frente para o espelho, se reconhecia. “A aproximação com a transexualidade é reveladora das convenções sobre a masculinidade e a feminilidade”.²⁰² Na fala de Roberta Close, pode-se interpretar o gênero muito mais do que uma simples identificação pessoal, mas condição psicológica dos indivíduos.

A entrevista acaba de maneira abrupta, por conta da edição, e Goulart de Andrade já se encontra em uma rua – que não é identificada – da cidade de São Paulo, onde diz estar em um “reduto da comunidade gay”. A partir de então, começa a entrevistar as travestis comuns em seus pontos de prostituição. É perguntado sobre o perfil dos clientes. Uma delas diz:

São homens da classe alta, casados, tem filho, diz que são machão, e a gente que são as “bichas loucas” que eles falam, né. Mas eles chegam na cama, eles vestem a calcinha da gente, coloca a sandália e diz que é a mulher, e diz pra gente bater na cara deles, e falar “sua puta”, ai, essas coisas [...]

Na fala dessa travesti, fica perceptível que o gênero, encarado socialmente, são papéis distribuídos de forma hierárquica sobre os copos sexuais através não apenas das genitálias, mas, fundamentalmente, dos signos que estabelecem a delimitação do sexo e gênero. Corpos esses que precisam cumprir papéis específicos para ser encarados e legitimados como um ou como o outro. A feminilidade, nesse relato da travesti sobre a função que desempenha sexualmente com o cliente, está intrinsecamente associado às roupas, aos acessórios e ao comportamento da submissão. Submissão essa que historicamente é associado ao ser mulher, ao corpo feminino.²⁰³ Os homens instauram tratados sobre o mundo e os cobram cotidianamente, seja dentro de casa com suas esposas, seja nas camas dos motéis com suas amantes.

A fala de algumas travestis, que demonstram certa vergonha de suas experiências corpóreas, de seus gêneros e sexualidade, ou seja, de suas condições humanas, está ligado intrinsecamente com a “lógica da dominação”. Pois, segundo Pierre Bourdieu:

O dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através, principalmente, do efeito de destino que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo e a aceitar, constringido e forçado, as categorias de percepção diretas [...], e a viver envergonhadamente a experiência sexual que, do ponto de vista das categorias dominantes, o define, equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado, e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais. A

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

²⁰³ BOURDIEU, op. cit.

particularidade desta relação de dominação simbólica é que ela não está ligada aos signos sexuais visíveis, e sim à prática sexual. A definição dominante da forma legítima desta prática, vista como relação de dominação do princípio masculino (ativo, penetrante) sobre o princípio feminino (passivo, penetrado) implica o tabu da feminilização, sacrilégio do masculino, isto é, do princípio dominante, que está inscrito na relação homossexual.²⁰⁴

Evidente que Bourdieu não trata especificamente das pessoas trans e/ou travestis em seu trabalho, mas, seu pensamento se aplica perfeitamente às reflexões dessa monografia, afinal, para a sociedade brasileira geradora e reprodutora de preconceitos às diferenças sexuais e de gênero durante os anos 1980, só existiam duas condições abomináveis no balaio LGBT: bicha e sapatão.

Em outra cena da reportagem, Goulart diz que vai “entrar na pele do lobo” ao segurar um vestido preto, com transparência e muito brilho. Ele prossegue:

Você conhece e percebe o travesti no seu meio social, você se incomoda com ele, ou você participa com ele de atitudes homossexuais, sensuais, seja lá o que for, então, não me venha com hipocrisia de querer rejeitar uma reportagem dessa natureza, porque você precisa conhecer até onde e quem é o travesti, e é essa a minha proposta, é isso o que eu vou levar para você agora, mas na pele do lobo. Desse lobo.

Afirma ao evidenciar o vestido na frente do seu corpo. Andréa de Mayo, a travesti que acompanha Goulart durante toda essa experiência na rua, no cotidiano do ser travesti na prostituição, começa a outra cena da reportagem já no meio de uma explicação. “Eu acho que isso tem desde o tempo de Sodoma e Gomorra, né. Eu acho que...” Goulart interrompe e diz: “que os homens se vestiam de mulher?” A travesti responde: “claro, claro que se vestiam de mulher. O homem sempre teve um grande fascínio pela mulher, tanto é que ele procura imitá-la em tudo. Eu sou um homem”. Evidente que dentro da travestilidade e transexualidade há uma diversidade de entendimentos íntimos, particulares, sobre o próprio corpo e o papel que esse exerce socialmente. Andréa diz que é um homem, em contrapartida Roberta Close afirmou que precisava fazer a cirurgia de redesignação sexual para ficar em paz consigo mesma, afinal, ela era uma mulher. Distintas pessoas, distintos entendimentos sobre si próprias.

Andréa de Mayo ao maquiar Goulart de Andrade para irem às ruas, continua:

De dia, os homens que estão com suas mulheres dão risada, apontam a gente e dão risada. Ainda fazem gozação em cima. Agora uma coisa eu acho muito estranho, Goulart. À noite eles procuram e querem pagar altos cachês para terem momentos de prazer com a gente. Você está entendendo o que quero dizer? Goulart responde: Chama-se hipocrisia.

Ou seja, o corpo travesti reduzido ao vexatório, vergonhoso e ao mesmo tempo desejado, objeto sexual de prazer dos homens de bem da sociedade. Andréa continua: “Palhaço pinta o rosto para viver, e o travesti também. Porque, como eu estava falando, né. Por que o travesti

²⁰⁴ Ibidem, p. 144.

não trabalha? Quem que dá trabalho para um travesti?”. Andréa introduz algumas palavras da linguagem pajubá,²⁰⁵ e então diz que quando a travesti fala “olha os alibã” e a reação a isso é a evacuação das travestis correndo pelas ruas da cidade, no intuito de dispersar. A expressão significa: a polícia está vindo.

Já pronto para ir à rua com as outras travestis, no carro, com a câmera filmando em movimento constante o que se passa tarde da noite nas ruas da cidade de São Paulo, Goulart de Andrade pede desculpas ao público pelas imagens escuras e às vezes os “picotes” no áudio, pois, ele afirma que era necessário esconder os equipamentos para conseguir captar o mínimo possível do “universo marginal” das travestis.

Nas ruas, novamente, as perguntas costumam ser as mesmas, sobre como é o ato sexual das travestis com os clientes, o que já foi exposto nesse capítulo acima. Em um momento específico, é filmado a perseguição de policiais às travestis, uma música aflitiva e composta por agudos começa a tocar sobreposta aos sons crus das imagens. As travestis correm, mas algumas são pegas. Revistadas e obrigadas a mostrarem a língua, pois, a uma prática muito comum das mesmas esconderem lâminas pequenas nas bochechas ou embaixo da língua para se cortarem quando são pegas, no intuito de serem liberadas.

Algumas dessas são levadas dentro do camburão para uma delegacia. Com imagens da chegada, Andrade afirma: “A noite fria da rua geralmente termina nos frios corredores e celas de uma delegacia porque 80% dos travestis-prostitutas são marginais e alguns de altíssima periculosidade”. Ao decorrer desse trabalho, em partes anteriores a essa, mostrei que esse era exatamente o discurso oficial dos militares para perseguir e prender as travestis, banindo-as do convívio social, mesmo que noturno, mesmo que na condição violenta da prostituição.

As imagens que seguem são das travestis interagindo com os policiais, novamente uma música, dessa vez uma italiana e animada se sobressai ao áudio original completamente. Até que a câmera foca em uma travesti negra que está dentro de uma sala separada das outras, sendo revistada individualmente na frente de outros policiais homens. O policial a manda tirar toda sua roupa, até mesmo sua calcinha. Durante, ao menos duas vezes, percebe-se flashes de uma câmera fotográfica. Não satisfeito, ele a manda tirar a peruca. Aí, a travesti não esconde seu descontentamento: “Eu acho isso um vexame, né, meu bem, para que tirar a peruca? Não tem nada a ver tirar a peruca”.

A reportagem caminha para o final. Goulart de Andrade adentra uma casa onde estão várias travestis, negras, brancas, mais novas, mais velhas, algumas vestidas, outras seminuas.

²⁰⁵ Pajubá é uma linguagem popular utilizada pelas travestis, a raiz desse dialeto provém do ioruba-nagô (PELÚCIO, op. cit.).

Ali ocorre o exercício da construção do corpo travesti, na ilegalidade e correndo sério risco de vida, as travestis se submetem à aplicação do silicone industrial pela bombadeira. A bombadeira é aquela travesti que ocupa a posição de cirurgiã plástica, essa que injeta o silicone industrial no corpo das outras.

A travesti negra chamada Bartô é a bombadeira em foco. Goulart à questiona o motivo de partes de seu corpo estarem cortados em carne viva. Bartô evidencia os braços cortados do pulso até a altura do ombro. Em seu testemunho ela diz: “Eu cortei um braço, ele [o policial] disse assim “é pouco, corte o outro”, então eu cortei o outro, ele falou “é pouco, agora você corte o pescoço”. Isso demonstra o sadismo dos policiais perante o sofrimento do corpo travesti, na qual eles obrigavam as mesmas a se auto torturarem para se verem livres do cárcere. Bartô apresenta marcas incontáveis de cortes espalhadas pelo seu corpo, desde os braços, no pescoço e na barriga, onde afirmou ter levado dezessete pontos. Questionada como as travestis conseguem esconder as lâminas dentro da boca, Bartô apenas diz que parte uma em duas e coloca cada uma de um lado da bochecha e, caso o policial a mande cuspir, ela mastiga a “gilete”, “corta língua, céu da boca e tudo”. Esse é o *habeas corpus* das travestis, segundo Andréa. Fazem isso para que possam ir aos hospitais, antes disso do que passar alguns dias dentro da delegacia, sendo humilhadas, agredidas, violentadas, desumanizadas.

Outra travesti negra, de Salvador, Bahia, segundo a própria, diz que seu rosto ficou deformado porque levou “muita porrada de polícia”. Anyky Lima, travesti que conseguiu chegar na casa dos sessenta anos de idade, em seu depoimento sobre sua experiência de vida enquanto travesti e prostituta no meio do Estado de terror às identidades trans e travestis que foi a ditadura militar, afirmou em uma entrevista sobre esse período:

A polícia prendia a gente na rua, né? Quando morava uma turma de travestis, eles aprontavam mais, porque não iam apenas para prender. Iam para barbarizar, para matar, para deixar aleijada, porque eles tinham esse prazer. Agora na rua quando falavam “Os alibam!!!” saíam todas. Uma vez eu corri e me escondi embaixo de um caminhão. Um desgraçado de um pivete que estava vendendo doce falou: “moço, tem um aqui debaixo”. Até hoje eu praguejo esse menino (risos). E o prazer deles era esse: levar a gente para delegacia e lavar banheiro, ficar desfilando para lá e para cá para eles baterem. Mas a travesti negra sofreu mil vezes mais. Se tinha uma travesti negra no grupo, ela sofria mais que qualquer outra. Ela era humilhada pela cor, por tudo.²⁰⁶

Portanto, o racismo como potencializador de violências. Visualmente o mais perturbador é a imagem de uma aplicação de silicone industrial, ali, na frente da câmera, da equipe e do jornalista Goulart de Andrade, Bartô aplica silicone industrial com uma seringa de agulha grossa em outra travesti. Primeiro aplicando a xilocaína – o anestésico – na demarcação

²⁰⁶ LUCON, Neto. “Aos 61 anos, militante travesti Anyky Lima fala sobre ditadura, transfobia e terceira idade”. Belo Horizonte: Dezembro, 2016. Disponível em: <<https://nlucon.com/2016/12/20/aos-61-anos-militante-travesti-anyky-lima-fala-sobre-ditadura-transfobia-e-terceira-idade/>>. Acesso em: 09. Nov. 2018.

que a mesma fez com uma caneta no seio da outra, e aí, então, o silicone. Goulart pergunta se a travesti não acha que essa prática é muito “rudimentar”, se não haveria outro jeito mais “confortável” para fazer tal prática. Bartô responde: “O confortável para mim é isso. Ela se joga numa cadeira, fica eu, ela, uma garrafa de café, a gente conversa, e eu tô sempre perguntando se ela sente dor de cabeça”. O sintoma da dor de cabeça, para Bartô, é que algo está errado e se isso ocorrer, ela para imediatamente de aplicar o silicone industrial. Goulart de Andrade questiona quanto tempo dura esse procedimento, e ela afirma que leva pelo menos três horas, para fazer um serviço mais seguro.

Sem fazer conclusões acerca do seu pensamento pessoal, Goulart de Andrade encerra a reportagem lendo um trecho de um poema de Fernando Pessoa, chamado “Tabacaria”, enquanto algumas transformistas são mostradas desfilando com seus belíssimos e extravagantes trajes, perucas e maquiagens, em um palco de algum cabaré. Onde ao fim de sua fala recita:

[...] Fiz de mim o que não soube
 E o que podia fazer de mim não o fiz
 O dominó que vesti era errado
 Conheceram-me logo por quem não era e não desmenti, e perdi-me.
 Quando quis tirar a máscara,
 Estava pregada à cara [...]

3.3 “*Hunting Season*” por Rita Moreira

No ano seguinte a essa reportagem de Goulart de Andrade, em 1988, Rita Moreira, lésbica, feminista e ativista, lança o documentário *Hunting Season* (Temporada de Caça). O projeto foi concebido, dirigido e produzido pela mesma. Lançado em língua inglesa, Moreira narra a maior parte do tempo, com as falas em português traduzidas para uma legenda em inglês que aparecem abaixo das imagens.

Rita Moreira junto de sua companheira, à época, Norma Pontes, por medo do clima de perseguição e censura da ditadura, se auto exilaram nos Estados Unidos, onde passaram a viver e estudar na cidade de Nova York. Em 1972, entraram para a New School for Social Research, onde fizeram curso de “vídeo-documentário”. Moreira, que já era uma jornalista, tornou-se uma *videomaker*. Em 1980, retornou ao país, dedicou seus trabalhos às “temáticas sociais como política, racismo, questões de gênero e sexualidade”.²⁰⁷ Seu documentário *Hunting Season*, foi

²⁰⁷ GUIA MARIA FIRMINA. “Os vídeos documentais e militantes de Rita Moreira”. Disponível em: <<http://guiamariafirmina.com/rita-moreira/>>. Acesso em: 08. Nov. 2018; MOREIRA, Rita. *Blogspot*, blog pessoal. Disponível em: <<http://ritascmoreira.blogspot.com/p/videos.html>>. Acesso em: 08. Nov. 2018.

reconhecido e indicado a várias premiações, recebeu mais de 12 prêmios, no Brasil e no exterior, contando com países como Estados Unidos, Japão e Holanda.²⁰⁸

O documentário expõe a cruel onda de crimes homofóbicos e transfóbicos ocorridos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro – com maior enfoque em São Paulo – durante os anos 1980. O ponto de partida foi o brutal assassinato em 1987 do diretor de teatro Luís Antônio Martinez Côrrea – seu corpo foi encontrado nu, sobre sua cama, com as mãos e os pés amarrados, fratura na cabeça, várias marcas de facadas pelo corpo todo, não bastasse isso, ainda foi estrangulado –; irmão do também diretor e ator de teatro José Celso Martinez Côrrea – popularmente conhecido como Zé Celso, que mais tarde viria a ser uma das maiores figuras do teatro brasileiro e da cidade de São Paulo, sendo líder do grupo e do espaço Teatro Oficina. À época, com a trágica morte de seu irmão, José Celso mobilizou a classe artística para que se fizessem protestos e o caso não fosse ocultado pela mídia.

A riqueza do documentário de Moreira se encontra na forma como a mesma escolheu por apresentá-lo em sua edição final. Atravessando por opiniões e impressões bem duras de pessoas comuns, do cotidiano da cidade de São Paulo, nas quais o ódio às minorias políticas é explicitado. Em contrapartida, no final da obra, das opiniões e impressões daqueles ligados ao teatro, às causas sociais, aos movimentos de resistência à sociedade homolebotransfóbica e aos desmandos e atrocidades do Estado militarizado na ditadura.

A jornalista pergunta a uma mulher que estava a passar fumando na rua, uma transeunte comum e qualquer, mulher jovem, que ao ser questionada sobre ter ouvido falar em “notícias, jornais, TV, rádio, sobre o assassinato de homossexuais”, a resposta é direta: “já sim”, “e o que você pensa disso?” pergunta a jornalista de forma crua à moça que diz: “eu acho que tem mais é que assassinar mesmo”. Discursos que naturalizam e banalizam esse tipo de violência são comuns durante todo o documentário.

“Mas o que você acha de toda essa violência, esse comportamento, que tá havendo contra eles?” questiona, e um jovem adulto responde, rindo: “acho que tá certo”. “Você acha certo? Por quê?”, “o homem nasceu pra ser homem, vai ficar virando... ai não dá, não” responde outro entrevistado sorrindo. A visão essencialista do corpo e das formas de se portar em sociedade a partir da designação do gênero ao nascer pela lógica da genitália, ligando o pensamento religioso-cristão, produz na sociedade a certeza do destino biológico e das condutas que se espera desses corpos sexuais e divididos em ser homem e ser mulher. Nessa

²⁰⁸ Idem.

perspectiva, o ser homem está intrinsecamente associado à heterossexualidade, assim como o ser mulher. Fugir disso é, também, nessa perspectiva, fugir do seu destino biológico.

Um dos homens entrevistados diz que os homossexuais/as travestis estão “poluindo a cidade de São Paulo”. Outro homem chega a dizer: “Eu acho que não deveria existir homossexual”, reafirmando duas vezes a mesma frase de forma bem calma, para fazer-se entender.

Daniel Welzer-Lang, ao tratar sobre a questão da construção do ser masculino, entre a dominação das mulheres e a homofobia, ele diz:

É verdade que na socialização masculina, para ser um homem é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o polo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal.²⁰⁹

Nesse sentido, Welzer-Lang demonstra como a misoginia, o nojo e a aversão ao feminino, e a tudo aquilo que se remete ao feminino, ao ser mulher, constroem a masculinidade tóxica. O ser associado com uma mulher é vergonhoso. A mulher é o outro, o resto, enquanto o ser dominante, importante e criador é o masculino, é o homem. A homofobia e a transfobia se encontram nessa zona social da negação constante dessas existências públicas, visíveis. “A opressão como forma de “invisibilização” traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida”.²¹⁰

Em um mundo misógino e transmisógino²¹¹ todas as mulheres, sejam elas cisgêneras, travestis e/ou transexuais acabam por ser marginalizadas em processos sociais, trabalhistas, econômicos, políticos, culturais e históricos, pelo poder que os homens exercem através das bases que constituem o mundo enquanto um lugar seguro para eles e inseguro para elas – todas elas. A hierarquização dos corpos passa pelo âmbito da “lógica da dominação”:

Exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele.²¹²

Outro fator crucial para o recrudescimento do preconceito, da violência, da perseguição e do assassinato de homossexuais e travestis/mulheres transexuais durante os anos 1980, foi o

²⁰⁹ WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p.460-482, 2001. p. 462.

²¹⁰ BOURDIEU, op. cit., p. 143-144.

²¹¹ SERANO, Julia. *Whipping girl: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Emeryville, CA: Seal Press, 2007.

²¹² BOURDIEU, op. cit., p. 8.

surgimento da AIDS como doença epidêmica intrinsecamente associada às humanidades LGBTs do período:

Em junho de 1983, os jornais brasileiros tinham se enchido de manchetes espalhafatosas sobre a morte de Markito, um dos maiores nomes da alta-costura do país. Idade: 31 anos. Causa mortis: a então quase desconhecida e letal aids (síndrome da imunodeficiência adquirida), que vinha atingindo sobretudo homossexuais do sexo masculino, nos Estados Unidos e na Europa. A partir daí, essa doença, considerada predominantemente americana e rica, invadiu com sensacionalismo os meios de comunicação e o cotidiano dos homossexuais brasileiros. Os jornais especulavam sobre o “câncer guei” (por causa do sarcoma de Kaposi) ou, simplesmente, “peste guei”, já que a doença vinha atacando sobretudo homossexuais no mundo todo.²¹³

Rita de Cássia Colaço Rodrigues afirmou:

A aids, ou melhor, a epidemia de infecções oportunistas decorrentes da contaminação pelo HIV, teve o primeiro caso diagnosticado no Brasil em 1982, ao passo que o contágio pelo vírus – sabe-se hoje – registava-se entre a população brasileira desde fins dos anos 1970.²¹⁴

Como as travestis estavam ligadas de formas compulsória à prática da prostituição, afinal, “no Brasil a prostituição acabou se tornando uma profissão quase inerente ao travestismo enquanto modo de vida”,²¹⁵ essas foram as que mais sofreram na pele o estigma, a marginalização e a exclusão provenientes da doença da AIDS:

Não cessou de crescer também o número de casos de travestis espancados por grupos de machões ou metralhados em plena avenida, sobretudo a partir da década de 1980, nas principais cidades do país. Em 1986, São Paulo viveu uma onda de ataques anônimos contra travestis de rua, perpetrados por homens motorizados que atiravam à queima-roupa e fugiam – quase sempre num carro Saveiro preto.²¹⁶

Depois da morte de Markito, mais dois casos de AIDS apareceram na cidade de São Paulo. A Secretaria de Saúde de São Paulo, pressionada por membros da comunidade gay, pediu orientação ao Ministério da Saúde em Brasília que, em resposta, alegou-se não saber de nada. Houve pânico na comunidade LGBT – “Em São Paulo, noticiou-se que um casal de bichas suicidara por medo da aids”.²¹⁷ As farmácias venderam medicamentos aos montes para reforçar defesas do organismo. Os homossexuais começaram a tratar a monogamia como meio de sobrevivência – consequentemente, à volta ao armário.²¹⁸

“A Secretaria de Saúde montou e instalou, já em 1983, um programa para diagnóstico, controle e tratamento da doença. E colocou uma linha telefônica à disposição da população, para informações”.²¹⁹ Não tardou para que a imprensa se posicionasse contra isso:

²¹³ TREVISAN, op. cit., p. 393-394.

²¹⁴ RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo** – quanto travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói-RJ, 2012. p. 152.

²¹⁵ TREVISAN, op. cit., p. 382.

²¹⁶ Ibidem, p. 383.

²¹⁷ Ibidem, p. 394.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

A revista *Veja*, que nunca escondeu seu ressentimento contra homossexuais, ironizou o aparato anti-aids montado pela Secretaria de Saúde de São Paulo, argumentando que as “doenças da pobreza” é que deveriam ter atendimento prioritário no país.²²⁰

Sobre o alastramento da epidemia da AIDS, continuou:

Em outubro de 1983, já eram treze casos de doentes de aids em São Paulo, com nove mortes. Começaram a aparecer casos em outros estados brasileiros. Houve inclusive notícias de doze casos no Uruguai – cinco deles com passagens periódicas por São Paulo, antes da doença. Em abril de 1984, um simpósio médico manifestou preocupação diante do aumento acelerado de casos em São Paulo, onde a aids atingiu inclusive duas mulheres de prática heterossexual e sete homens de prática bissexual. Nesse mês, se contaram 43 casos paulistas (dos quais vinte óbitos), perfazendo um total de setenta casos comprovados em todo o país. Então já havia casos procedentes de todas as camadas da população, desde proletários até burgueses.²²¹

“No começo de 1985, registrava-se um caso novo por dia, em todo o Brasil, com quatro mortos por semana, sobretudo no eixo Rio-São Paulo”.²²² O vírus se espalhara por quase todo o país. Em agosto de 1985, somente na cidade de São Paulo, registrou-se 34 novos casos – número recorde até então. “O Brasil foi considerado então o quarto país do mundo com maior número de doentes de aids, logo após a França, o Haiti e os Estados Unidos”.²²³

Ao fim do inverno de 1985, o Brasil registrava mais de quatrocentos casos de pessoas infectadas pela AIDS, com duzentos óbitos. “Três quartos dos casos ocorreram no estado de São Paulo”.²²⁴ A AIDS já não era mais uma doença de gays, travestis, michês e prostitutas, era uma questão alarmante de saúde pública a nível nacional. Havia casos de mulheres e homens heterossexuais, doadores regulares de sangue, recém-nascidos, da burguesia, à elite cultural, ao proletariado. A AIDS chegara para todos.

“Não por acaso a epidemia da aids foi de imediato associada à peste. No decorrer da história, o imaginário coletivo sempre encarou as doenças de massa como castigos impostos. Tal ideia caiu como uma luva no caso da aids”.²²⁵ Cláudia Wonder, travesti e performer conhecida da cidade de São Paulo, no documentário *Hunting Season* afirmou que a AIDS era uma “guerra bacteriológica”, com forte cunho moralista por trás, já que os visados e exterminados enquanto portadores e disseminadores dessa nova doença à época eram os homossexuais e os negros.

Sem dúvidas, a questão da AIDS evidenciou problemas acerca da moralidade-cristã, na qual a sociedade do período se baseava veementemente. “[...] como dizia Susan Sontag, “toda

²²⁰ Ibidem, p. 394-395.

²²¹ Ibidem, p. 395.

²²² Idem.

²²³ Ibidem, p. 395-396.

²²⁴ Ibidem, p. 397.

²²⁵ Ibidem, p. 399.

sociedade [...] precisa identificar uma determinada doença com o próprio mal, uma doença que torne culpadas as suas vítimas”:²²⁶

[...] no horror ao contágio pelo vírus da aids, que fez eclodir o puritanismo moral. No contexto do estigma que se criou, “contrair aids equivale precisamente a descobrir [...] que se faz parte de um determinado grupo de risco, uma comunidade de párias”. Ou seja, a ideia de punição ligada ao sexo é aqui bastante relevante, sobretudo porque de início, no Ocidente, a doença física da aids ficou diretamente associada à “doença moral” da homossexualidade, no entender de tantos conservadores contemporâneos [...] o doente de aids era culpado de sua doença. Se diante da fatalidade do câncer as pessoas sadias sentiam pena, em relação à aids elas tendiam a sentir raiva, a partir de um julgamento moral que a via como doença do corpo resultante de uma alma conspurcada. Criou-se então certa mitologia que, infelizmente, tendeu a se cristalizar em forma de arquétipo coletivo: a aids é obscena.²²⁷

Havia certa ideia de maneira bastante hegemônica socialmente, de que apenas os homossexuais e travestis contraíam o HIV, tal concepção “foi disseminada por jornalistas, veículos de comunicação e mesmo profissionais de saúde, ao investirem na veiculação da aids como “câncer gay” e “peste gay”.²²⁸ Para o jurista Hélio Bicudo, em depoimento ao documentário *Hunting Season*:

Os meios de comunicação, principalmente, a rádio e a televisão, tem sido os grandes responsáveis por essa atitude do povo. Os comunicadores [...] que ocupam largos espaços na rádio, durante vários anos, a incutir no povo que esse tipo de violência é a maneira pela qual se pode construir uma sociedade realmente digna de ser vivida, né?

A “atitude do povo” a qual Bicudo se refere é a crescente violência que a sociedade impôs aos segmentos LGBTs, principalmente às travestis, na cidade de São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras metrópoles do país, onde a perseguição, o assassinato e o descaso eram evidentes, sabidos e corroborados por Estado e sociedade, em plenos anos finais da década de 1980, pós ditadura, pós autoritarismo e violência-política patrocinada pelo Estado de exceção que foi o regime militar no país. Os veículos de comunicação de massa formam um “psiquismo coletivo” e possibilitam formação de opinião das massas, fomentando um clima de linchamento que gera linchamentos reais, perseguições e assassinatos em ondas crescentes sendo comparadas, pela ótica do documentário, a uma espécie de extermínio progressivo, ininterrupto e contínuo.

Talvez o maior exemplo da força que a mídia teve ao impulsionar o ódio às existências LGBTs, se deu na Bahia, no jornal de Salvador, *A Tarde*, onde se propôs, repetidas vezes e em várias de suas colunas o extermínio dos homossexuais:

A propósito da aids, um editorialista de *A Tarde* afirmava, curto e grosso: “Quando houve a peste suína no Brasil, a solução foi a erradicação completa dos porcos

²²⁶ SONTAG, Susan apud TREVISAN, *ibidem*, p. 399.

²²⁷ *Ibidem*, p. 400.

²²⁸ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 152-153.

ameaçados de contágio. Portanto, a solução tem que ser a mesma: erradicação dos elementos que podem transmitir a peste guei”.²²⁹

Aqui, o jornal associa porcos às pessoas LGBTs. Não há algo mais fascista do que desumanizar pessoas pelo artifício da doença, da bactéria, do vírus, do animalesco. O mesmo aconteceu ao povo judeu na Europa e pasmem: seis milhões de judeus foram exterminados em câmaras de gás. Ao fim da reportagem, diz: “No mesmo jornal, a coluna de José Augusto Bebert, líder do Grupo Machão da Bahia (provável provocação ao Grupo Gay da Bahia), comunicava que “matar veados não é homicídio, é caçada...”.²³⁰

No final do documentário de Rita Moreira, falas que se revoltam sobre à desumanidade imposta aos corpos e gêneros de pessoas LGBTs no período são explicitadas. Uma mulher negra diz que: “É um absurdo da discriminação [...] a gente percebe pela forma como as pessoas morrem que a violência é tamanha, assim, não se concebe um ser humano morrer de uma forma assim, só pela sua preferência sexual”. Outro homem negro, trajando vestes executiva, diz ter amigos homossexuais e que elas são “pessoas de primeira qualidade, pessoas excelentes”. Outra mulher diz: “Acho que cada um tem que ser livre para agir da forma que bem entender e ninguém tem o direito de tirar a vida de uma outra pessoa, por causa de ideias diferentes ou forma de ser diferente”.

A visão normalizadora acerca das homossexualidades é essencial para esse tipo de documentário que se presta a denunciar violências. O discurso do abuso e da banalização da perversidade até podem ser das grandes massas, porém, não é o discurso único. “O que os homossexuais devem fazer contra essa onda de repressão que está se abatendo não só em São Paulo como em outros estados culminando em várias mortes?”, pergunta a jornalista para uma mulher em um bar. Ela diz com veemência: “Vamos denunciar isso, vamos falar sobre isso, vamos contar história, vamos fazer um vídeo, vamos falar disso principalmente para isso acabar”. O documentário se encerra com uma música interpretada por Gilberto Gil, chamada “O veado”, nas imagens cenas homoeróticas, fotografias de intelectuais gays com seus respectivos nomes embaixo. Nos créditos aparecem o nome de Rita Moreira como câmera, edição, produção e direção, enquanto Marina Vilara como narração.

Ao fim dos anos 1980, no caminho da redemocratização do país, surgiu uma nova Constituição, conhecida como Cidadã, em 1988.²³¹ Constituição essa que pôs fim ao resquício

²²⁹ TREVISAN, op. cit., p. 406-407.

²³⁰ Ibidem, p. 407.

²³¹ BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição Cidadã*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 09. Dez. 2018.

do aval do terror, da perseguição, da tortura e do assassinato como formas de coibir e eliminar oposição política e inimigos do Estado e da sociedade que foi o AI-5. Estudos aprofundados sobre a AIDS foram desenvolvidos e expostos, medicamentos criados, a doença como epidemia letal foi contida. Já no início da década seguinte, houve a retirada das homossexualidades como doença mental da lista de doenças internacionais da OMS em 1990.²³² Mesmo após tudo isso, as existências LGBTs no Brasil ainda não conseguiram chegar em um estado de bem-estar social, livres de preconceito e de representações violentas, alegóricas de estigmas ceifadores de dignidade humana.

²³² Opinião e notícia. OMS retira homossexualidade da lista de doenças mentais. Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/vida/comportamento/oms-retira-homossexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/>>. Acesso em: 18. Nov. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, fica evidente que o corpo, o gênero e as práticas das travestis se constituem enquanto um patrimônio que não pertence somente às travestis enquanto indivíduos políticos, seres humanos ordinariamente sociáveis como quaisquer outros, mas às violências desumanizadoras que o Estado e a sociedade impuseram através da perseguição, da censura, da privação ao trabalho e a educação formal, do atendimento médico, enfim, dos processos políticos e sociais que nos compuseram e ainda nos compõem enquanto sociedade brasileira.

O corpo se formaliza em sociedade não enquanto parte de processos próprios, singulares, únicos, mas enquanto representações e imposições de fora para dentro, do âmbito público para o privado. Corpo talhado em representações exteriores, estereotipando, demonizando, guiando o ser travesti por lógicas de pensamentos conservadores, médico-legal, de cunho essencialista, criacionista-cristão. O corpo da travesti não é exclusivamente dela, não lhe cabe apenas como legado inalienável, mas uma construção mútua entre indivíduos, sociedade, cultura e local/tempo-histórico.

As representações sobre esses sujeitos travestis estão conectadas em redes de não legitimação de existência social, cultural, humana, logo, o caráter da dignidade do indivíduo pouco existe. Tanto nas fontes orais (testemunhos no audiovisual) quanto nas fontes escritas (registros no periódico) fica nítido uma confusão de gênero por parte dos jornalistas, da sociedade e, por vezes, das próprias travestis ao tratar da condição humana das mesmas. Logicamente, o controle desses indivíduos e sobre suas existências plenas, está sob posse mútua do Estado e da sociedade.

Há disputas de poder dentro dos discursos que impõem visões de significâncias e sentidos sobre as homossexualidades. O cinema, na vertente do documentário, por sua vez, produzia no sentido da não estigmatização da homossexualidade, enquanto a imprensa escrita fazia regularmente associações entre perversão, delito e homossexualidade.²³³

O discurso jornalístico, criminal, religioso, médico-legal, fizeram com que as travestis fossem marginalizadas, colocadas à parte da sociedade civil como um todo. Travesti, nesse contexto, é aquele indivíduo híbrido que pouco tem com a sociedade, porque não se é reconhecida enquanto gênero único – em transição constante nos universos do ser homem e do ser mulher –, logo, não se há legitimidade de identidade social e, principalmente, condição humana digna de existir. Empurradas para o mundo da prostituição, local por excelência de

²³³ FIGARI, op. cit., p. 371.

excluídos e renegados da sociedade, se encontraram em completo descaso. Assim, vulneráveis as mais diversas violências, desde o estupro, ao abuso psicológico à perseguição enquanto comunidade, suscetíveis ao extermínio.

A travesti, na maioria das vezes, é encarada como o homem gay que tenta se passar por uma mulher, ou por uma imagem aproximada do que é ser mulher socialmente. Associada ao marginal, imoral, anormal. Criando assim um indivíduo que precisa ser combatido, pois sua existência social traz preocupação para com a ordem daquilo que se acredita ser “natural” da sociedade. O corpo travesti coloca as normas padrões de gênero, corpo e sexo anatômico/biológico em arena de disputa do legítimo e não legítimo. Portanto, não se nasce travesti: transgride-se.

FONTES

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Texto 7 – Ditadura e homossexualidades. In: *Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade*. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v.2). Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 12. Out. 2018.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, 1996 p. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 12. Out. 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição Cidadã*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 09. Dez. 2018.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 1.077, 26 de janeiro de 1970*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em: 05. Out. 2018.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.688, 3 de outubro de 1941*. Lei da Vadiagem. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm>. Acesso em: 05. Out. 2018.

BRASIL. Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 12. Out. 2018.

BRASIL. *Lei nº 5.250/67, 9 de fevereiro de 1967*. Lei de Imprensa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm>. Acesso em: 05. Out. 2018.

Comando da Madrugada (Vem Comigo): Vida de Travesti, TV Band, 1987. 68,4 min, por Goulart de Andrade. Reportagem audiovisual do programa jornalístico-investigativo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=70hpKzDPOwk>>. Acesso em: 12. Out. 2018.

Folha de S. Paulo, 27 de maio de 1980.

FRANÇA. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos (217 [III] A), 10 de dezembro de 1948. Paris. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Acesso em: 12. Out. 2018.

Hunting Season (Temporada de Caça), 1988, 24 min. Documentário original gravado e editado em VHS, concebido e produzido por Rita Moreira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rjan_Yd0C5g>. Acesso em: 12. Out. 2018.

Lampião da Esquina, edição extra n. 3 de 1980 (sem mês especificado).

Lampião da Esquina, edição n. 21 de fevereiro de 1980.

Lampião da Esquina, edição n. 24 de maio de 1980.

Lampião da Esquina, edição n. 32 de janeiro de 1981.

Lampião da Esquina, edição n. 35 de abril de 1981.

O Estado de São Paulo, 25 de março de 1980.

O Estado de São Paulo, 28 de março de 1980.

O Estado de São Paulo, 29 de março de 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. *O que documenta a fonte oral?* Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.
- ARENDRT, Hannah. *As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BARBOSA, Bruno Cesar. Nômades da norma: corpo, gênero e sexualidade em travestis de diferentes gerações. In: *Simpósio Temático 18 – Interseccionalidades e produção das diferenças e desigualdades*. Anais do Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: UFSC, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. *The second sex*. Trad. H. M. Parshley, New York: Vintage Books, 1973.
- BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berencie. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. *O lampião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)*. 2016. 137f., il. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 12ª ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, Paraná, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. História Intelectual. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- _____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- DUMONLIN, Olivier. Documento. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

- ERRINGTON, Shelly. Recasting sex, gender and power: a theoretical and regional overview, In: ATKINSON, J & ERRINGTON, S., eds., *Power and difference: gender in Island Southeast Asia*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- FEITOSA, André Fonseca. O documentário enquanto fonte histórica: possibilidades e problemáticas. In: *XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, 2013.
- FIGARI, Carlos. *@s “outr@s” cariocas: Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: Editoria UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler: O povo alemão e o Holocausto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *La città futura*. Turim: Aragno, 2017.
- GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX*. São Paulo: Unesp, 2000.
- _____; QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e homossexualidades: Repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: EdUFSCar, 2014.
- JARDIM, Rejane Barreto; PIEPPER, Jordana Alves. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. *MÉTIS: história & cultura* – v. 9, n. 18, p. 87-97, jul/dez. 2010.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos – Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. Brasília, 2012.
- LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. *Estudos Avançados*. Vol. 11, n. 30, p. 55-65. São Paulo. Aug, 2017.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisas: delineamentos metodológicos. In: *10º Encontro da Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR)*, Porto Alegre. 10º Encontro Nacional de História da Mídia (ALCAR), 2015.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

- LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 24, nº 3, p. 761-784.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 4, n. 57, p. 2-25, jan. 2003.
- MODENA, Maura Regina (org.). *Conceitos e formas de violência* [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2005.
- OCANHA, Rafael. “Amor, Feijão, abaixo Camburão” – Imprensa, Violência e Trottoir em São Paulo (1979-1982). In: *XVIII Encontro Regional (ANPUH – MG)*. Mariana, 2012.
- _____. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In GREEN, James N; QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- PELÚCIO, Larissa. *No salto: trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem*. BONETTI, Aline; FLEICHER, Soraya (Org.). Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Ed. Mulheres; EDUNESC, 2007, p. 75-95.
- _____. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, Recife/PE, ano 8, volume 15, nº 01, p. 123-154. 2004.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.
- _____. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.
- RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, janeiro-abril, 2005.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Artes de Acontecer: viados e travestis na Cidade do Rio de Janeiro, do século XIX a 1980. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 90-116. Set. 2016.

_____. *De Daniele a Chrysóstomo – quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói-RJ, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 15, n. 2, p. 71-97, jul./dez. 1995.

SERANO, Julia. *Whipping girl: a transexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Emeryville, CA: Seal Press, 2007.

SILVA, Edlene Oliveira; BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981). *Dimensões – Revista de História da UFES*. Vitória: Núcleo de Pesquisa e Informação História/ Programa de Pós-Graduação em História, v. 38, jan-jun. 2017, p. 214-239.

SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Doença como metáfora / Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed, rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WAGNER, Gabriel Mayer. *Garotos não usam batom: as travestis sob o olhar do jornal Lampião da Esquina*. 2013. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização Mídia, Informação e Cultura) – Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação – USP.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, nº 2, p. 460-482, 2001.

XAVIER, Caroline da Silva Pacheco. *Memória, identidade e desumanização na obra “É isto um homem?”*, de Primo Levi: memórias traumáticas do Holocausto. Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2015. – (Monografia).

REFERÊNCIAS DIGITAIS

CORREIO brasileiro. *Transexuais são excluídos do mercado de trabalho*. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 10. Nov. 2018.

CORREIRO brasileiro. *Brasil lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais*. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acesso em: 10. Nov. 2018.

ESTADÃO. *‘Transexual nunca foi ser humano no Brasil’, diz mulher trans com paralisia infantil*. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,transexual-nunca-foi-ser-humano-no-brasil-diz-mulher-trans-com-paralisia-infantil,70002598195>>.

Acesso em: 10. Nov. 2018.

GLAMOUR, Revista. *Pablo Vittar: “Sou um menino gay. Não sou trans e não faria redesignação sexual”*. Disponível em: <<https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2017/08/pablo-vittar-sou-um-menino-gay-nao-sou-trans-e-nao-faria-cirurgia-de-redesignacao-sexual.html>>. Acesso em: 30. Out. 2018.

GRUPO gay da Bahia. *O que é o GGB*. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/ggb.html>>. Acesso em: 10. Nov. 2018.

GUIA Maria Firmina. *“Os vídeos documentais e militantes de Rita Moreira”*. Disponível em: <<http://guiamariafirmina.com/rita-moreira/>>. Acesso em: 08. Nov. 2018.

LUCON, Neto. *“Aos 61 anos, militante travesti Anyky Lima fala sobre ditadura, transfobia e terceira idade”*. Belo Horizonte: Dezembro, 2016. Disponível em: <<https://nlucon.com/2016/12/20/aos-61-anos-militante-travesti-anyky-lima-fala-sobre-ditadura-transfobia-e-terceira-idade/>>. Acesso em: 09. Nov. 2018.

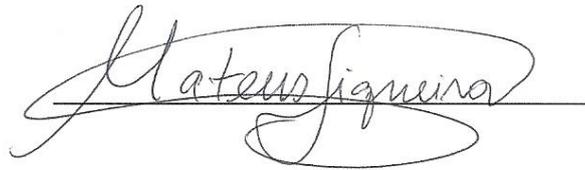
MOREIRA, Rita. *Blogspot, blog pessoal*. Disponível em: <<http://ritascmoreira.blogspot.com/p/videos.html>>. Acesso em: 08. Nov. 2018.

OPINIÃO e notícia. *OMS retira homossexualidade da lista de doenças mentais*. Disponível em: <<http://opinioenoticia.com.br/vida/comportamento/oms-retira-homossexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/>>. Acesso em: 18. Nov. 2018.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Mateus Henrique Siqueira Gonçalves, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Palhaço pinta o rosto para viver, e o travesti também”: uma análise sobre a representação das travestis no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (1980-1988)” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília – DF, 04/12/2018

A handwritten signature in black ink, reading "Mateus Siqueira". The signature is written in a cursive style with a horizontal line underneath it.